



BANCO FIBRA

**Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente.**

Em 30 de junho de 2025

Preparadas de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às
Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Índice

	Página
Cenário Macroeconômico	3
Relatório da Administração	7
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	9
Demonstrações financeiras	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025	21
Relatório do comitê de auditoria	35

CENÁRIO MACROECONÔMICO

No âmbito externo, o primeiro semestre de 2025 foi marcado pela incidência de tarifas recíprocas (globalmente) sobre os produtos agrícolas, commodities, bens manufaturados e semimanufaturados importados pelos EUA. Os desdobramentos sobre a inflação norte-americana ainda não apareceram nas leituras da inflação ao consumidor até julho, mas marcaram a aceleração mensal da variação dos preços ao produtor, ao passar da estabilidade em junho para 0,9% em julho. Esse resultado corresponde à alta da inflação anual ao produtor de 2,4% para 3,3% entre junho e julho e tem suscitado recados cautelosos de vários membros do comitê norte-americano de política monetária (FOMC) para os investidores em renda fixa nos EUA, os quais apostam em três quedas da taxa básica de juros (Fed Funds Rate, FFR) em 2025, levando-a para 3,5% no final do ano ante 4,25% atualmente. Os efeitos sobre o Brasil são relativamente claros: (i) a perspectiva de queda mais rápida da FFR aumenta o diferencial de juros entre o Brasil e os EUA, ainda mais diante da perspectiva de manutenção da Selic em 15% por um bom tempo. Do Lado externo, isso contribui para manter o real relativamente valorizado, entre 5,35/USD e 5,50/USD ao longo do 3T25 e parte do 4T25; (ii) a expectativa de redirecionamento, segundo nossas estimativas, de parte dos USD20 bilhões em produtos que seriam exportados para os EUA (em relação ao total anual de pouco mais de USD40 bilhões) para o Brasil pode reduzir nossa projeção de inflação para 2025 de 4,83% para 4,65% e, para 2026, de 4,26% para 4,12%. Esse contexto pode levar a curva doméstica de juros a precificar o início da queda da Selic já no 4T25, o que difere da nossa projeção de início das reduções, em 50 pontos-base, em meados do 2T26. Isso ajudaria a manter o crescimento do PIB em 2026 próximo a 2% e o desemprego em patamares bem baixos, na vizinhança de 6,0%, resultados bem caros aos anseios do governo de reeleição no ano que vem.

Externamente, a decisão da administração Trump de impor tarifas de 50% sobre os produtos brasileiros veio acompanhada, cronologicamente, da isenção de quase 700 produtos brasileiros vendidos para os EUA, os quais ficaram sujeitos à alíquota de 10% inicialmente anunciada na primeira semana de abril. De acordo com a agregação por classe de produtos exportados que utilizamos, nós chegamos a um total de USD 20,17 bilhões ante USD 40,4 bilhões (a valores anuais de 2024), o que representa uma isenção de pouco menos de 50% dos produtos vendidos pelo Brasil para os EUA. As principais classes nas quais categorizamos os mais de 1.500 produtos contidos no Fact Sheet divulgado pela Casa Branca abrangem: aeronaves e partes, extração e refino de petróleo bruto, produção de derivados de petróleo, gás natural e carvão, fabricação de ferro-gusa e derivados de minério de ferro, fabricação de polpa de celulose e, finalmente, processamento e conservação de suco de laranja.

A notícia foi melhor do que as expectativas pessimistas e, dado que as isenções abrangem exportações de produtos manufaturados de alta tecnologia (como aeronaves) e menos elaborados, mas com elevada participação no comércio global (acima de 50%), como suco de laranja, elas diminuem o impacto negativo que estimamos sobre o quantum e sobre o valor dos produtos exportados pelo Brasil para os EUA. Segundo nossos cálculos, as isenções tarifárias podem reduzir o impacto adverso imediato sobre as vendas para os EUA (via efeito quantum) de 39,5% para 33%; ou seja, de USD 41,2 bilhões (acumulados em 12 meses até junho/25) para USD 27,6 bilhões em até 2 anos.

Do ponto de vista das exportações como um todo, as quais perfizeram USD 337 bilhões tanto em 2024 quanto em 12 meses findos em junho/25, a queda das vendas para os EUA no curto prazo seria de USD 13,6 bilhões, o que representa 4,0% do total anual das exportações.

Macroeconomicamente, não é o fim do mundo, pois produtos não contemplados pelas isenções e cujas participações na pauta de exportações para os EUA são elevadas, como processamento e conservação de carne (USD 1,6 bilhão) e café torrado e não torrado (USD 1,9 bilhão), podem ser diversificados para outros mercados, principalmente o chinês e o sudeste asiático, o russo e a União Europeia. No entanto, no âmbito microeconômico, as perdas setoriais (ou empresariais) advindas do cancelamento de vendas totais (ou parciais) para os EUA podem ser expressivas. Nesse sentido, o governo apresentou o programa Brasil Soberano, o qual visa auxiliar as empresas exportadoras, preservar os empregos e ampliar os mercados globais além dos EUA para os produtos brasileiros por meio de vantagens tributárias, compras diretas do governo federal, estados e municípios, principalmente de alimentos e commodities agrícolas, e concessão de crédito.

Particularmente, o Fundo Garantidor de Exportações (FGE) foi ampliado por passar a englobar a concessão de crédito para as empresas exportadoras, sendo que seus recursos disponíveis serão alocados, em parte, em uma linha específica de financiamento destinada às empresas atingidas pelas tarifas recíprocas de 50%, no montante de R\$30 bilhões, com o compromisso de manutenção de empregos. Além disso, o programa prevê alocação de recursos adicionais às empresas por meio do Fundo Garantidor de Crédito à Exportação (FGCE), Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), provido pelo BNDES, e o Fundo de Garantia de Operações (FGO), o qual visa assegurar parte do risco dos empréstimos e financiamentos concedidos a microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais e profissionais liberais. Portanto, além dos R\$30 bilhões previstos nas modalidades de crédito do FGE, a capitalização dos fundos garantidores de crédito adicional aos exportadores, de investimentos e do risco de operações contará com R\$4,5 bilhões, enquanto o Reintegra, que prevê créditos tributários aos exportadores que pagaram tributos associados às compras ao longo da cadeia produtiva, contará com R\$5,0 bilhões.

Tudo isso totaliza despesas adicionais primárias ao orçamento de 2025 de R\$9,5 bilhões. Além de mostrar a intenção governamental de resguardar parte das empresas exportadoras brasileiras, o Programa tem o claro objetivo de preservar o emprego. Evidentemente, a taxa de desemprego (dessazonalizada) em 5,84%, o nível mais baixo desde o início da nova série da PNAD desde março de 2012, ajuda a recuperar a popularidade do governo e a manter a forte competitividade do presidente Lula às eleições presidenciais no ano que vem. O problema do desemprego muito baixo, inferior a 6,5%, são suas implicações sobre o chamado hiato do produto, que é igual à diferença entre o nível da produção efetiva e o do produto potencial (como proporção da própria produção potencial). A persistência da taxa de desocupação abaixo de 6% a 6,5% mantém, segundo nossos cálculos, o hiato em 1,2% do PIB potencial no 2T25 (ante 0,5% calculado pelo BC), 1,4% no 4T25 (em relação a 0,06% do BC) e, em nosso cenário básico, 0,2% a 0,4% do PIB potencial no 4T26 (em comparação a -1% do PIB potencial estimado pelo BC). Os efeitos sobre a inflação projetada por nós são a persistência da variação do IPCA bem acima do centro da meta (3%) em 2025 (4,83%), em 2026 (4,26%) e no 1T27 (3,83%). Na visão do Copom, o primeiro trimestre de 2027 demarca o horizonte de tempo relevante para os plenos efeitos da Selic elevada, em 15%, por um período bastante elevado (nas palavras do próprio colegiado), de modo que a visão do comitê para o hiato do produto quase equilibrado no 4T25 e negativo no 4T26 implica projeções de inflação do Banco Central bem inferiores às nossas no final de 2026 (3,6%) e no 1T27 (3,4%).

A condição tanto para os nossos resultados quanto para os do Banco Central, no que se refere (prospectivamente) ao hiato do produto e à inflação, é, como mencionamos acima, a manutenção da Selic em 15% por um tempo bastante prolongado, o que subentendemos, pelo menos, até meados do 2T26. Esse patamar da Selic surpreendeu as expectativas de mercado no final do 1S25 ao revelar a postura cautelosa e mais conservadora do Copom.

Os efeitos da Selic tão elevada já aparecem sobre a desaceleração da atividade econômica. Para começar, a média móvel trimestral do comércio varejista restrito (que exclui, grosso modo, vendas de automóveis e de materiais de construção, ambos mais dependentes do crédito pessoal) caiu de 0,53% em março para -0,26% em junho, apesar do desemprego muito baixo e da sustentação da massa real efetiva (dessazonalizada) de salários em patamar recorde, pouco acima de R\$360 bilhões desde março/12. Já a média móvel trimestral das vendas varejistas, que incluem automóveis e materiais de construção, desabou de 1,38% em março para -1,39% em junho, confirmando os efeitos da Selic elevada desde o fechamento do 1T25 (14,25%) até o fim do 2T25 (15%) sobre o desaquecimento atual do crédito nominal e real ao consumidor.

Sintomaticamente, a produção industrial mostrou performance semelhante à das vendas no varejo, gerada pela Selic em patamares elevados e pela consequente desaceleração do crédito ao consumidor e, em grau bem menor, corporativo.

A média móvel trimestral da produção industrial caiu de 0,58% no 1T25 para -0,35% no 2T25, acompanhando de perto a queda da produção manufatureira também de 0,58% em março para -0,40% em junho/25. Entre os segmentos não agrícolas, somente a produção mensal de serviços (PMS) salvou o semestre passado. Ela é menos elástica à Selic perto 15% e é mais reativa à elevada massa real de salários e à forte safra no 1S25, a qual puxou amplamente o crescimento real dos serviços de transporte. A média móvel trimestral da PMS, nesse contexto, cresceu 0,29% em junho/25 ante 0,23% em março/25, puxada pela alta da média móvel da produção de serviços de transporte, que subiu de 0,41% para 0,45% durante o mesmo período.

Esses resultados significam que o governo central deve continuar insistindo no controle relativamente modesto de gastos, o qual tem efeitos duais: por um lado, o elevado volume de transferências de renda do governo para as famílias mantém o crescimento da população economicamente ativa (PEA) abaixo da expansão da população ocupada (ou população empregada). Esse resultado contribui para manter tanto o desemprego perto de 6%, bem abaixo do nível de pleno emprego da série da PNAD Contínua, que calculamos em 7%, quanto para níveis positivos e inflacionários do hiato do produto ao longo do 2S25 e do 1S26. Não é à toa que a mediana das expectativas de inflação se encontra em 4,95% em 2025 e de 4,4% em 2026, muito acima do centro da meta de inflação de 3%, levando a curva de juros a precificar a Selic em pelo menos 14% no 1T26.

Por outro lado, a elevação real das transferências governamentais de renda para as famílias, sem corte compensatório de outras despesas discricionárias ou limitação de despesas obrigatórias (como proporção do PIB), junto com o ajuste fiscal via aumento da base tributária, vem mantendo o prêmio de risco relativamente elevado e, por conseguinte, o juro futuro longo, vencendo em janeiro/31, entre 13,5% e 14%. Isso significa que, à medida que a incerteza eleitoral e fiscal doméstica que deve predominar em 2026 se aproxima, os níveis de volatilidade do câmbio tendem a aumentar, levando o real de 5,40/USD atualmente para 5,70/USD entre o final de 2025 e o 1T26. O patamar mais desvalorizado do câmbio e o nível mais alto de volatilidade que podem caracterizar o 2S25 e o 1T26 têm efeitos inflacionários potenciais ao longo do ano que vem, ainda mais diante do hiato do produto positivo. Não é para menos que o tom do Copom quanto à condução da política monetária permanece cauteloso e austero, na mesma linha que caracterizou o 2T25.

Relatório da Administração

O Banco Fibra registrou Lucro Líquido de aproximadamente R\$ 42 milhões no primeiro semestre de 2025, frente a R\$ 7,5 milhões obtido no mesmo período do ano anterior, o que representa um incremento de R\$ 34,5 milhões. O LAIR ao final do 1S25 totalizou R\$ 59,6 milhões, cresceu R\$ 40 milhões em relação ao 1S2024.

O Patrimônio Líquido encerrou o semestre em R\$ 1,2 bilhão, manteve-se estável ao valor reportado no mesmo período do ano anterior.

A Carteira de Crédito Expandida cresceu 42% em relação ao 1S24 atingindo o saldo R\$ 11,5 bilhões.

A Carteira Corporate obteve um incremento de aproximadamente R\$ 3,6 bilhões, em relação ao mesmo período do ano anterior, resultando em um saldo gerencial de R\$ 8,5 bilhões. Destacam-se as operações de Cessão, que cresceram 167% em relação ao 1S24 e somaram R\$ 3,5 bilhões e as Fianças que atingiram R\$ 912,5 milhões, um aumento de 26% em relação ao 1S24.

A Carteira Grupo, que compõe a Carteira Corporate, praticamente dobrou de tamanho, encerrando o primeiro semestre de 2025 com um saldo de R\$ 3,1 bilhões.

O segmento de Pequenas e Médias Empresas (PME) atingiu um saldo gerencial aproximado de R\$ 1,4 bilhão, ante R\$ 1,2 bilhão no mesmo período do ano anterior.

A Carteira de Reestruturação fechou o primeiro semestre de 2025 com um saldo gerencial de R\$ 157 milhões, expandiu 41% em relação ao mesmo período do ano anterior. A Carteira Tesouraria encerrou o 1S25 com um saldo gerencial de R\$ 1,4 bilhões, um decréscimo de 22,25% em relação ao 1S24.

A qualidade da Carteira de Crédito segue saudável. O Índice de Atrasos acima de 90 Dias atingiu 1,02%, ante 0,77% no 1S24. Apesar do crescimento deste índice, a qualidade da carteira permanece saudável e adequada para o perfil dos clientes que o Fibra atende. As operações classificadas nos Estágio 1 e 2 correspondem a 96,03% da Carteira de Crédito. A Despesa de Provisão Ampliada/Carteira Expandida encerrou o 1S25 em 2,21%, frente a 2,31% ao final do 1S24.

A Receita Comercial gerencial expandiu 72%, em relação ao 1S24, totalizando R\$ 215 milhões ao final do 1S25. Esse desempenho foi impulsionado pelo crescimento em todas as linhas de negócio nesse período. A linha de Fee e Serviços cresceu aproximadamente R\$ 25,2 milhões e encerrou o primeiro semestre de 2025 com um resultado de R\$ 33,4 milhões. A receita de Seguros aumentou em 156% e encerrou o 1S25 com um resultado de R\$ 14 milhões. A receita de Juros aumentou 54% em relação ao mesmo período do ano anterior e fechou com um resultado de R\$ 133,5 milhões. Já a linha de Derivativos e Cambio Pronto expandiu 36%, encerrando o primeiro semestre de 2025 com um resultado de R\$ 30,12 milhões.

Neste semestre, o banco ampliou seu escopo com a criação da mesa de energia, a Fibra Energy, iniciativa estratégica voltada à diversificação de receitas e aproveitamento de oportunidades no setor.

A Despesa Total aumentou em 30,5% em relação ao 1S24, totalizando R\$ 124 milhões ao final do 1S25. A linha de Contingenciamento e Trabalhista Cível cresceu em R\$ 13 milhões e encerrou o 1S25 com um saldo de R\$ 16,8 milhões. Já a linha de despesa Administrativa fechou o 1S25 com um saldo gerencial de aproximadamente R\$ 45 milhões, 28% maior em relação ao mesmo período do ano anterior. A linha de despesa de Pessoal obteve um incremento de 10,6% e findou o período com um valor gerencial de R\$ 62 milhões.

O saldo de PDD encerrou 1S25 com um valor de R\$ 254 milhões, 47% maior que o de 1S24. Esse impacto está associado à nova metodologia de cálculo de perda esperada definida pela resolução CMN nº 4.966.

O estoque de Captação totalizou R\$ 13,7 bilhões, um crescimento de 26% em relação ao mesmo período de 2024. A captação de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) atingiu um saldo de R\$ 9,3 bilhões, cresceu 3,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já o Funding internacional obteve um incremento de R\$ 2,1 bilhões e alcançou o volume de R\$ 3,4 bilhões impulsionado por operações de Trade Finance, aplicações de curto prazo e linhas colateralizadas. O Banco Fibra encerrou o primeiro semestre de 2025 com um saldo de R\$ 150 milhões de Letras Financeiras Subordinadas.

Como parte da estratégia de gestão de passivos, o banco segue focado na diversificação de vencimentos e na redução do custo médio de captação. O descasamento positivo entre ativos e passivos permanece saudável, com um GAP de 405 dias ao final do semestre, superior aos 371 dias registrados no 1S24

O Caixa Livre Gerencial encerrou o 1S25 com um saldo de R\$ 1,1 bilhão, uma redução de 61,62% em relação ao 1S24. Esse movimento decorre do pagamento de vencimentos relevantes e da adoção de uma política de caixa mais adequada, o que deve contribuir para ganhos de eficiência operacional.

O Índice de Basileia encerrou o primeiro semestre de 2025 em 12,31%, com acréscimo de 157 pontos base frente o mesmo período do ano anterior.

O Conglomerado Fibra encerrou o primeiro semestre de 2025 com um quadro com 291 colaboradores, sendo 270 colaboradores do Banco Fibra, 15 colaboradores da Fibra Corretora de Seguros, 5 colaboradores da Fibra Asset e 1 colaborador na fibra Energy.

Em agosto de 2025, a S&P alterou o rating local do banco Fibra de br BBB+ para br A-, perspectiva positiva. O rating internacional foi mantido em B-. A Fitch Ratings manteve sua classificação em BBB+ na escala nacional e B+ na escala global.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Fibra S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Fibra S.A. (“Instituição” ou “Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada do Banco Fibra S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individual e consolidado, para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.a às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras as referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (Bacen). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros

(Conforme Nota Explicativa nº 10, “Carteira de crédito por nível de riscos e provisionamento”)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

A Instituição tem como um de seus principais negócios a realização de operações de crédito e financiamentos. Neste sentido, a administração exerce julgamento para fins de determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em conformidade com as regras estabelecidas pela Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 30 de junho de 2025, a Instituição possuía provisões para as operações de crédito e outros créditos com característica de crédito no montante de R\$ 254.501 mil. Em função da determinação do valor recuperável dos créditos ser uma estimativa contábil e possuir aspectos objetivos e subjetivos para sua determinação, consideramos a mensuração dessas provisões como sendo um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a análise sobre políticas contábeis internas; **(ii)** teste para validação da completude e integridade dos saldos; **(iii)** avaliação da atribuição do nível de provisão do devedor e consequentemente a classificação do estágio, através das premissas estabelecidas pela administração, com base nas premissas praticadas pelo mercado; **(iv)** monitoramento do controle e valorização das garantias; **(v)** monitoramentos das transações renegociadas; e **(vi)** processos estabelecidos pela administração para cumprimento das premissas e normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional. Também foi escopo de nossas análises a avaliação e adequação das divulgações efetuadas pela Instituição na Nota Explicativa nº 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros e derivativos

(Conforme Nota Explicativa nº 6, “Títulos e Valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos”)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

A Instituição utiliza instrumentos financeiros derivativos na sua estratégia de gerenciamento de risco de mercado, realizando operações de Hedge Financeiro e Hedge Contábil. Tais instrumentos financeiros são mensurados a valor justo, conforme estabelecido nas práticas contábeis e regulamentações emanadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Em 30 de junho de 2025, a Instituição possuía contabilizado o montante de R\$ 328.627 mil em sua posição ativa e R\$ 179.053 mil em sua posição passiva, referentes a montantes a receber e a pagar respectivamente, registrados ao valor justo. Considerando tratar-se de contratos com certo grau de complexidade, e que dado ao fato de a mensuração ser realizada levando-se em considerações algumas premissas e, portanto, um maior nível de subjetividade, consideramos o reconhecimento, mensuração e realização desses como sendo um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a análise sobre políticas contábeis internas; **(ii)** teste para validação da completude e integridade dos saldos; **(iii)** avaliação das contrapartes das operações no intuito de avaliar o risco de não cumprimento dos respectivos contratos; e **(iv)** análise das principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros e as premissas mais significativas adotadas pela administração e **(vi)** Reexecução, em base amostral, da valorização de determinadas operações, bem como comparação das premissas e metodologias utilizadas pela administração com nosso conhecimento sobre práticas de valorização usualmente adotadas e analisamos a consistência dessas metodologias com as aplicadas em períodos anteriores. Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição referente a Nota Explicativa nº 6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento dos instrumentos financeiros derivativos foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para passivos contingentes

(Conforme Nota Explicativa nº 24e, “Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais”)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

A Instituição possui ações que envolvem riscos contingentes tramitando nas esferas judicial e administrativa, de natureza cível, trabalhista e tributária. As referidas ações envolvem discussões sobre o mérito, e possuem aspectos processuais complexos inerentes às legislações vigentes. Para a determinação dos valores a serem provisionados e para determinação do prognóstico de perda são considerados fatores objetivos e subjetivos com base em premissas estabelecidas e julgamento da administração em conformidade com as informações de assessores jurídicos externos. Em 30 de junho de 2025 a Instituição possuía o montante de R\$ 567.412 mil em riscos considerados prováveis e R\$ 698.374 mil em riscos considerados possíveis, ambos de acordo com a Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Consideramos a mensuração e avaliação destes como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** validação da efetividade dos modelos utilizados para valorização dos processos judiciais de natureza cível e trabalhista; **(ii)** verificação da metodologia e cálculo de risco referente aos processos tributários; **(iii)** confirmação amostral junto aos assessores jurídicos externos da existência e dos valores envolvidos (quando aplicável); **(iv)** realização de teste de suficiência dos valores provisionados vis-à-vis as perdas efetivas dos processos judiciais encerrados; e **(v)** teste de atualização monetária das provisões (quando aplicável). Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição referente a Nota Explicativa nº 24 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e avaliação dos passivos contingentes foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Créditos tributários

(Conforme Nota Explicativa nº 23b, “Créditos Tributários”)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Em 30 de junho de 2025, a Instituição possuía o montante de R\$ 1.170.693 mil no consolidado referente a créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, os quais a administração entende sua realização viável com base na geração de lucros tributáveis suficientes para a adequada compensação desses créditos tributários. A projeção desses lucros tributáveis é baseada em premissas estabelecidas e fundamentadas pela administração e, portanto, envolvem certo nível de julgamento e subjetividade. Consideramos a mensuração e realização desses créditos tributários como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento das premissas estabelecidas pela administração, e o teste de sua efetividade, conforme estabelecido nas práticas contábeis e Resolução nº 3.059/02 alterada pela Resolução nº 4.842/20 ambas do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requerem a análise das perspectivas de realização desses créditos, mediante a estudo de recuperabilidade dos créditos; **(ii)** validação das movimentações de adições e baixas e da integridade com base em seus respectivos efeitos contábeis. Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição referente a Nota Explicativa nº 19b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração e o Relatório do Comitê de Auditoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e o Relatório do Comitê de Auditoria. Não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e o Relatório do Comitê de Auditoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração e no Relatório do Comitê de Auditoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de agosto de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")

Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais)

	Notas Explicativas	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Disponibilidades	4	364.126	364.166
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado		559.503	559.503
Títulos e valores mobiliários	6.a	230.876	230.876
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	328.627	328.627
Ativos Financeiros Mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes		330.148	330.148
Títulos e valores mobiliários	6.a	330.148	330.148
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		19.550.944	19.552.285
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	762.613	762.613
Títulos e valores mobiliários	6.a	8.557.081	8.557.081
Operações de crédito	8	8.743.581	8.743.581
Outros Ativos Financeiros	9	1.487.669	1.489.010
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	10.b	(253.378)	(253.378)
Outros ativos	11	261.135	261.191
Ativos fiscais diferidos	23.b	1.157.407	1.170.693
Investimentos		77.983	-
Participações em controladas	12.a	77.983	-
Imobilizado		8.831	8.848
Imobilizado de uso		15.786	15.819
(Depreciação acumulada)		(6.955)	(6.971)
Intangível	12.b	25.474	25.474
Ativos intangíveis		57.568	57.568
(Amortização acumulada)		(32.094)	(32.094)
TOTAL DO ATIVO		22.082.173	22.018.930

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")
Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais)

	Notas Explicativas	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros			
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado		179.053	179.053
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	179.053	179.053
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		20.033.274	19.968.066
Depósitos	14	12.862.567	12.797.359
Captações no Mercado Aberto	15	6.110.264	6.110.264
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16	311.809	311.809
Obrigações por Empréstimos e Repasses	17	264.610	264.610
Dívidas Subordinadas	18	279.413	279.413
Outros Passivos Financeiros	19	204.611	204.611
Outros passivos		682.147	684.112
Provisões	20.a	602.504	602.900
Outros passivos	20.b	79.643	81.212
TOTAL DO PASSIVO		20.894.474	20.831.231
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	1.187.699	1.187.699
Capital social		1.207.777	1.207.777
Reservas de capital		4.326	4.326
Reservas de lucros		105.239	105.239
Outros resultados abrangentes		(9.735)	(9.735)
Lucro/(Prejuízos) Acumulados		(119.908)	(119.908)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.082.173	22.018.930

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")

Demonstração do Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	Banco 01/01 a 30/06/2025	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Receitas da intermediação financeira		925.854	925.854
Operações de crédito		243.312	243.312
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		542.876	542.876
Resultado com instrumentos financeiros derivativos e Câmbio		97.266	97.266
Resultado das Aplicações Compulsórias		6.828	6.828
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	35.572	35.572
Despesas da intermediação financeira		(1.020.789)	(1.020.219)
Operações de captação de mercado		(1.001.069)	(1.000.499)
Operações de empréstimos e repasses		(13.818)	(13.818)
Resultado de operações com Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(5.902)	(5.902)
Resultado bruto da intermediação financeira		(94.935)	(94.365)
Outras receitas (despesas) operacionais		156.707	145.731
Receita de Prestação de Serviços		47.926	64.145
Despesas de pessoal		(64.412)	(66.580)
Despesas administrativas	22.a	(59.814)	(62.356)
Despesas tributárias		(14.264)	(15.255)
Resultado de participações em controladas		21.513	-
Outras receitas operacionais	22.b	285.173	285.194
Outras despesas operacionais	22.c	(59.415)	(59.417)
Resultado operacional		61.772	51.366
Resultado não operacional	22.d	19.535	19.535
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		81.307	70.901
Provisões sobre participações no resultado		(11.195)	(11.854)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		70.112	59.047
Imposto de renda e contribuição social	23.a	(28.117)	(17.052)
Provisão para imposto de renda		(1.936)	(1.945)
Provisão para contribuição social		(2.044)	(2.050)
Passivo fiscal diferido		(24.137)	(13.057)
LUCRO DO SEMESTRE		41.995	41.995
Resultado líquido por ação - R\$		0,0066	0,0066

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Demonstração do Resultado Abrangente**

(Em milhares de reais)

Banco e Consolidado	
01/01 a	
30/06/2025	
Lucro do semestre	41.995
Itens que serão reclassificados para o resultado	
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	24.401
Efeitos tributários	(10.980)
Variação em outros resultados abrangentes	13.421
Total do resultado abrangente do semestre	55.416

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

		Banco e Consolidado						
		Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de expansão				
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.207.777	4.326	3.161	60.083	(23.155)	-	1.252.192
Efeitos da adoção iniciada Res. CMN nº 4.966/21	2.a	-	-	-	-	-	(119.908)	(119.908)
Saldos em 01 de Janeiro de 2025		1.207.777	4.326	3.161	60.083	(23.155)	(119.908)	1.132.284
Ajuste ao valor de mercado - TVM		-	-	-	-	13.421	-	13.421
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	41.995	41.995
Destinação - Reserva legal	23.b	-	-	2.100	-	-	(2.100)	-
Destinação - Reserva para expansão		-	-	-	39.895	-	(39.895)	-
Saldos em 30 de junho de 2025		1.207.777	4.326	5.261	99.978	(9.734)	(119.908)	1.187.700

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Em milhares de reais)

	Notas	Banco	Consolidado
		01/01 a	01/01 a
	Explicativas	30/06/2025	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		27.914	38.350
Lucro do semestre		41.995	41.995
Ajustes ao resultado:		(14.081)	(3.645)
Constituição/reversão para perdas com bens não de uso próprio		(202)	(202)
Depreciação e amortização	22.a	5.648	5.651
Resultado de participações em coligadas e controladas		(21.513)	-
Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(35.572)	(35.572)
Tributos diferidos		24.137	13.057
Outros resultados abrangentes		13.421	13.421
Variação de ativos e passivos		265.069	263.451
Aplicações interfinanceiras de liquidez		(10.312)	(10.312)
Títulos e valores mobiliários		(332.596)	(332.594)
Instrumentos financeiros derivativos (ativo/passivo)		131.547	131.547
Operações de crédito		(713.438)	(713.438)
Outros ativos financeiros		140.430	139.977
Outros ativos		13.009	13.017
Ativos fiscais diferidos		(40.905)	(42.711)
Depósitos		1.378.994	1.378.776
Captações no mercado aberto		(357.939)	(357.939)
Recursos de aceites e emissão de títulos		119.689	119.689
Obrigações por empréstimos e repasses		(53.834)	(53.834)
Provisões		12.168	12.364
Outros Passivos Financeiros		(81.742)	(78.702)
Outros passivos		59.998	57.611
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades operacionais		292.983	301.801
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Dividendos		8.817	-
Aquisição/ redução de imobilizado de uso		(438)	(438)
Aquisição/ redução de intangível	12.b	(3.726)	(3.726)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de investimento		4.653	(4.164)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de dívidas elegíveis a capital		3.957	3.957
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamento		3.957	3.957
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		301.593	301.594
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		814.834	814.873
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	3	1.116.427	1.116.467

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Fibra S.A. (Banco Fibra) é uma instituição financeira autorizada a operar como Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras comercial, de câmbio, de investimentos, crédito e financiamento e de administração de clubes de investimentos, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501 - 14º e 15º andar (parte), Pinheiros, São Paulo-SP.

O Banco Fibra S.A. é controlado diretamente pela Elisabeth S.A Indústria Têxtil, sendo que o controlador final do grupo econômico é o Espólio de Dorothea Steinbruch. O Banco Fibra é a instituição líder do Conglomerado Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen).

O Banco Fibra tem como política de proteger o seu patrimônio líquido contra os efeitos das variações cambiais decorrentes do seu investimento realizado na agência em Grand Cayman (full-branch). Para isso, mantém posição vendida em dólares americanos, em montante considerado suficiente para neutralizar os impactos no resultado do período.

O Banco Fibra é uma instituição financeira com atuação no segmento B2B, voltada para os setores Corporate, Agronegócio e Pequenas e Médias Empresas (PMEs). Fundado em 1988, o Banco desenvolve soluções financeiras com foco em agilidade, segurança e conhecimento técnico, mantendo relacionamento pautado pela confiança e transparência.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Fibra, que incluem sua dependência no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (Cosif). Adicionalmente, foram aplicados os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde que aprovados pelo CMN ou pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras do Banco Fibra estão apresentadas em Reais, moeda funcional, incluindo o Banco Fibra, suas controladas e sua agência no exterior, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.524/16. As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais no momento do reconhecimento inicial, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. As variações cambiais decorrentes dessas transações, bem como da conversão de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira para a moeda funcional, são reconhecidas diretamente na demonstração do resultado do período.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2025, na reunião realizada em 26 de agosto de 2025.

a. Novas Normas Contábeis e Alterações Normativas Aplicáveis**I - Aplicáveis para o Período Findo em 30 de junho de 2025**

Em 1º de janeiro de 2025, o Banco Fibra adotou a Resolução CMN nº 4.966/21, que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros. Conforme previsto no artigo 79 da referida Resolução, o Banco optou por dispensar a apresentação dos valores comparativos dos períodos anteriores nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

O efeito da adoção inicial foi reconhecido no Patrimônio Líquido pelo valor de R\$ 119.908 (débito).

a) Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros**(i) Avaliação do modelo de negócios**

A classificação e mensuração dos ativos financeiros são realizadas com base no modelo de negócios adotado para sua gestão e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

- manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais;
- manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou
- manter os ativos para negociação.

Para avaliar os modelos de negócios, o Banco considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

(ii) Avaliação dos fluxos de caixa contratuais quanto à exclusividade de pagamento de principal e juros (Teste SPPI)

Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios voltado para receber os fluxos de caixa contratuais ou para receber os fluxos de caixa contratuais e venda, é necessário realizar o teste de SPPI.

Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Para que esse critério seja atendido, os fluxos de caixa devem refletir apenas a remuneração pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado.

(iii) Mensuração ao Custo Amortizado (CA)

Um ativo financeiro, desde que não designado para mensuração ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, será mensurado ao custo amortizado quando forem atendidas simultaneamente as seguintes condições:

- O ativo é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do instrumento financeiro preveem exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(iv) Mensuração de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Ativos financeiros administrados com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente por pagamentos de principal e juros, e também por meio da venda, são classificados nesta categoria, desde que atendam cumulativamente aos seguintes critérios:

- O ativo financeiro é gerido em modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto por meio do recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda, com transferência substancial de riscos e benefícios;
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas previamente estabelecidas.

Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica Outros resultados abrangentes.

(v) Mensuração de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)

Ativos financeiros que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

(vi) Passivo Financeiro

Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que sejam mensurados ao valor justo por meio do resultado ou designados como tal. Nesses casos, aplicam-se as seguintes classificações:

- Derivativos que representem passivos financeiros, os quais devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Passivos financeiros originados em operações de empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, classificados ao valor justo por meio do resultado;
- Passivos decorrentes da transferência de ativos financeiros VJR, não qualificados para baixa;
- Garantia financeira mensurada pelo maior valor entre: (i) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e (ii) o valor justo no reconhecimento inicial, deduzido do valor acumulado da receita reconhecida, conforme regulamentação específica;
- Contratos híbridos.

(vii) Taxa de Juros Efetiva (TJE)

A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os fluxos futuros estimados de recebimentos ou pagamentos de caixa ao longo da vida esperada de um ativo ou passivo financeiro, de forma a igualá-los ao valor contábil bruto do ativo financeiro isto é, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para perdas ou ao custo amortizado do passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2025, foram reconhecidos com base no método da taxa de juros efetiva. As operações de crédito originadas até 31 de dezembro de 2024 continuam sendo reconhecidas pela taxa contratual, conforme a vigência dos contratos.

(viii) Provisão para perdas esperadas

A mensuração da provisão para perdas esperadas segue os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023, considerando perdas incorridas em instrumentos financeiros, tanto para operações adimplidas quanto inadimplidas, conforme disposto no artigo 76. A norma exige a aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, incluindo a constituição de provisão adicional conforme o tipo de carteira e os percentuais mínimos exigidos.

Os instrumentos financeiros devem ser classificados em carteiras de C1 a C5, de acordo com as características das operações de crédito e das garantias prestadas, conforme previsto no artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023. Essa classificação reflete o grau de risco das operações e tem como principal finalidade orientar o cálculo da provisão mínima exigida.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, são incorporadas à mensuração da provisão as expectativas de eventos futuros e condições econômicas, além de evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos. Essas perdas decorrem de um ou mais eventos identificáveis ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, que impactam negativamente os fluxos de caixa futuros estimados, desde que possam ser mensurados de forma confiável.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")
Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Ainda segundo a Resolução CMN nº 4.966/2021, as operações devem ser classificadas nos estágios 1, 2 e 3, conforme a evolução do risco de crédito:

- Estágio 1:** Aplicável aos instrumentos financeiros sem aumento significativo no risco de crédito, em curso normal ou com atraso inferior a 30 dias no pagamento. As perdas de crédito esperadas são registradas para os próximos 12 meses.
- Estágio 2:** Ativos com aumento significativo no risco de crédito, mas sem evidência de perda. Aplicável quando há atraso superior a 30 dias no pagamento, ou instrumento com aumento de risco baseado na comparação da Probabilidade de Inadimplência (PD) inicial e a PD corrente.
- Estágio 3:** Operações com atraso superior a 90 dias ou classificadas como ativo problemático, conforme indicadores qualitativos de deterioração na qualidade de crédito, como reestruturação ou processo de recuperação judicial.

Estes instrumentos têm seu reconhecimento de receitas suspenso (*stop-accrual*), sendo contabilizadas apenas no seu recebimento, pelo regime de caixa. Essa abordagem também se aplica a possíveis ganhos obtidos nas reestruturações. Ao atingir o Estágio 3, o reconhecimento de juros é interrompido.

(ix) Perímetro de Aplicação

O modelo de perda esperada de Ativos Financeiros estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/2021 tem escopo de aplicação mais abrangente comparado com modelo anteriormente utilizado, o qual aplica-se aos Ativos Financeiros classificados nas categorias custo amortizado, sobre os instrumentos de dívida classificados na categoria valor justo valor através de outros resultados abrangentes, bem como riscos e compromissos contingentes.

O modelo de perda de crédito esperada adotado pelo Banco Fibra está fundamentado na construção de cenários de perda, considerando as características dos produtos e sua classificação nos respectivos estágios de risco. A mensuração é realizada com base nos seguintes parâmetros:

PD (Probabilidade de Inadimplência)
LGD (Perda Dada a Inadimplência)
EAD (Exposição a perda/saldo da operação)

O cálculo da perda esperada utiliza esses parâmetros de forma integrada, podendo haver distinções metodológicas entre instrumentos com limite rotativo (a consumir) e instrumentos com amortização parcelada. Para a estimativa dos parâmetros mencionados, o Banco aplica sua experiência na construção de modelos internos, utilizados tanto para fins regulatórios quanto para suporte à gestão de risco e tomada de decisão.

(xi) Baixa do Ativo Financeiro

A baixa de um ativo financeiro é realizada quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram, ou quando esses direitos são transferidos a terceiros, com a transferência substancial dos riscos e benefícios associados à sua propriedade.

Dado os estudos realizados pelo Banco Fibra, o *write-off* (período de reconhecimento de não-recuperação do valor) foi definido em 360 de atraso, exceto a carteira C4 que é baixada com 270 dias de atraso.

(xii) Operações de Câmbio

A Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Resolução BCB nº 277/2022 alteraram o tratamento contábil da carteira de câmbio das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a operar no mercado de câmbio, e passaram a valer em 1º de janeiro de 2025.

Os principais pontos das alterações são:

- Mensuração: A carteira de câmbio agora deve ser mensurada ao valor justo (*fair value*), com reconhecimento de variações diretamente no resultado do período.
- Registro das operações: As operações de compra e venda de moeda estrangeira devem ser registradas de forma segregada, conforme sua natureza (própria ou de clientes) observando o princípio da competência e refletindo o valor dos ativos e passivos cambiais.

b) Impostos Correntes e Diferidos

A Lei 14.467/22, publicada em 17 de novembro de 2022, incorpora mudanças nas regras de dedução das perdas ocorridas no recebimento de créditos provenientes das atividades das instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo Bacen.

As alterações visam alinhar as normas contábeis e tributárias, buscando reduzir distorções associadas ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos nos balanços das instituições financeiras.

i) Principais disposições da nova legislação:

A partir de 1 de janeiro de 2025, as Instituições Financeiras passaram a deduzir, na apuração do Lucro Real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas nas operações de créditos: (1) inadimplidas e (2) com pessoa jurídica (PJ) em processo falimentar ou em recuperação judicial, com base em uma nova dinâmica:

1) A operação será considerada inadimplida e passível de dedução fiscal após 90 dias de atraso no pagamento do principal ou encargos, independentemente da data de contratação.

A perda dedutível será apurada mensalmente, limitada ao valor total do crédito, conforme a seguinte regra:

- Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês de inadimplência;
- Soma do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, também sobre o valor total do crédito;
- Subtração dos valores já deduzidos em períodos anteriores.

2) O valor da perda dedutível com PJ em processo falimentar ou em recuperação judicial será:

- Recuperação Judicial: a parcela do valor do crédito que exceder o montante que o devedor tenha se comprometido a pagar;
- Falência: valor total do crédito.

ii) Encargos financeiros

- Devem ser excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) e da CSLL, os encargos financeiros reconhecidos como receita após a decretação de falência ou deferimento da recuperação judicial.
- Caso esses encargos se tornem disponíveis dentro do período legal, devem ser adicionados à base de cálculo.

iii) Recuperação de créditos

- Os valores recuperados, mesmo que por meio de pagamento indireto ou arresto de bens em garantia, devem ser incluídos na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, independentemente do período ou natureza da recuperação.

iv) Perdas não dedutíveis

Não serão dedutíveis as perdas em operações de crédito realizadas com:

- Controladores (PJ) ou Pessoas Físicas - PF, diretores, membros de órgãos estatutários ou contratuais, e seus parentes até segundo grau;
- PF com participação societária direta ou indireta igual ou superior a 15%;
- PJ coligadas, controladas ou com controle operacional efetivo, mesmo sem participação societária relevante;
- Operações com residentes ou domiciliados no exterior.

iv) Regra de Transição

- As operações inadimplidas antes da vigência da nova lei, e que ainda não tenham sido deduzidas (Estoque), serão excluídas do lucro líquido, na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, a partir de janeiro de 2026, na proporção de 1/84 ou 1/120 por mês, conforme opção a ser realizada pelo Banco Fibra até o final de 2025.
 - Informações adicionais sobre os efeitos e a expectativa de realização do crédito tributário estão detalhadas na Nota Explicativa 23.b.
- Por fim, especificamente para o ano de 2025, as Instituições Financeiras estão proibidas de deduzir as perdas incorridas no ano em montante superior ao Lucro Real do exercício, antes de computada essa dedução. O montante não deduzido em decorrência desta regra deverá ser adicionado ao Estoque, que passará a ser deduzido em 2026, na proporção escolhida pelo Banco Fibra ao final de 2025.

II - Aplicáveis a partir ou após 1 de janeiro de 2026

i - Resolução CMN nº 5.185/2024

A Resolução CMN nº 5.185/2024 estabelece a adoção dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), especificamente o CBPS 01 e o CBPS 02, que tratam da divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade.

O Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade deverá compor parte integrante das demonstrações financeiras das instituições obrigadas. Esta regulação entrará em vigor a partir do exercício de 2026.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

II - Resolução CMN nº 4.966/2021 - Hedge Accounting e Renegociação e Reestruturação**Hedge Accounting**

Os requisitos de *hedge accounting* visam refletir, nas demonstrações financeiras, os efeitos da gestão de riscos adotada pela instituição, por meio da utilização de instrumentos financeiros para mitigar exposições que impactam o resultado da entidade.

- *Hedge* de valor justo;
- *Hedge* de fluxo de caixa;
- *Hedge* de investimento líquido no exterior.

Está regulação entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2027.

Renegociação e Reestruturação

Os requisitos contábeis determinam que, para fins de apuração do valor contábil de operações reestruturadas, o saldo deve ser reavaliado de forma a refletir o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

No caso de renegociação de instrumentos financeiros que não se caracterize como reestruturação, a instituição deve reavaliar o ativo com base nas novas condições contratuais pactuadas.

Até 31 de dezembro de 2026, é facultado às instituições o uso da taxa de juros efetiva repactuada para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa reestruturados. O Banco optou por essa faculdade e apresenta os saldos reestruturados conforme os termos renegociados.

A Administração ainda está avaliando os possíveis impactos decorrentes da adoção das respectivas novas normas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a. Participação em Controladas**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas contemplam as operações do Banco Fibra, sua dependência no exterior e suas controladas diretas, conforme abaixo:

Denominação social	Atividade	Participação
Controladas		
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	99,999%
Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários	Aquisição de créditos imobiliários	100,00%
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	Administração e corretagem de seguros	99,999%
Fibra Comercializadora de Energia Ltda.	Comercialização de energia elétrica	99,999%

a. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, foram eliminados os saldos e os resultados das transações entre o Banco Fibra e suas controladas, bem como de eventuais lucros não realizados, decorrentes de operações entre as entidades do grupo.

b. Aduação do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas com base no regime de competência. Os efeitos das operações sujeitas à variação monetária são reconhecidos em base "pro-rata" dia.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, com vencimento original igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação, que estejam sujeitas a risco insignificante de alteração no valor justo (Nota 4).

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços. Quando aplicável, são ajustadas ao valor de mercado. As aplicações em moeda estrangeira são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos calculados com base "pro-rata" dia e das variações cambiais, auferidas até a data do balanço (Nota 5).

e. Bens não destinados a uso

Os bens recebidos em dação de pagamento, decorrentes da execução de garantias vinculadas a operações de crédito são registrados na rubrica Outros Ativos. Para esses ativos, são constituídas provisões em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na sua realização.

f. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se, principalmente, a comissões incidentes sobre captação de Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e Letra Financeira (LF), sendo controladas individualmente por contrato. As comissões são apropriadas ao resultado, conforme com o prazo de vigência dos respectivos contratos.

a. Investimentos

Nas demonstrações contábeis individuais, as participações em controladas são inicialmente reconhecidas pelo valor de aquisição e, subsequentemente, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados apurados são reconhecidos na rubrica de resultado de participações em controladas. Os demais investimentos são mensurados pelo custo de aquisição, ajustado ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 12.a).

h. Imobilizado e intangível

A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais:

- Veículos e sistema de computação - 20% ao ano;
- Instalações, móveis e equipamentos de uso, sistemas de comunicação e sistemas de segurança - 10% ao ano;
- Benfeitorias em imóveis de terceiros - a depreciação é calculada com base no prazo de vigência dos respectivos contratos de aluguel;
- O ativo intangível corresponde, principalmente, aos gastos com desenvolvimento de sistemas, os quais são amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano, ao longo do período estimado de geração de benefícios econômicos futuros.

i. Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

j. Imposto de renda e contribuição social (ativos e passivos)

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica Ativos fiscais diferidos.

Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e sobre base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos passivos, calculados sobre diferenças temporárias, são registrados na rubrica Obrigações fiscais diferidas.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais (R\$ 120 no semestre), e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% sobre o lucro contábil ajustado. O detalhamento dos seus efeitos está demonstrado na Nota 23.a.

k. Contingências e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais foram efetuados para o período findo em 30 de junho de 2025, baseadas nos critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25 (Nota 20).

Provisões para riscos: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos contingentes: classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;

Obrigações legais: fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal; e

Depósitos judiciais: são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Bacen.

l. Passivo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas até as datas dos balanços.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

m. Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação do intangível, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para desvalorização de certos ativos, imposto de renda e contribuição social diferido ativo, provisão para contingências, valorização, desvalorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e definição de vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco Fibra revisa as estimativas e premissas periodicamente.

n. Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo é executado pela área de riscos, que desta forma, está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por uma área independente do tomador de As principais premissas consideradas na estimativa do valor justo são: A aplicação destes julgamentos pode resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o Banco Fibra acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1: Inclui instrumentos financeiros cujos preços são cotados em mercados ativos, com elevada liquidez, para ativos ou passivos idênticos. A carteira classificada neste nível é composta por títulos públicos federais, derivativos listados e outros ativos negociados em mercados organizados.

Nível 2: Refere-se a instrumentos financeiros cujo valor justo é determinado com base em dados observáveis, porém não provenientes de preços cotados de ativos idênticos. A mensuração é realizada por meio de plataformas de precificação reconhecidas no mercado, utilizando curvas de juros, spreads de crédito e ratings de contraparte que refletem a qualidade creditícia dos emissores. Os derivativos de balcão são precificados com base nas curvas e preços disponibilizados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Os títulos privados são avaliados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados por taxas de juros livres de spreads de crédito.

Nível 3: Compreende ativos e passivos cujo valor justo é mensurado com base em premissas não observáveis, devido à baixa liquidez ou ausência de mercado ativo. A entidade utiliza modelos internos de avaliação, fundamentados em premissas conservadoras e informações disponíveis que sejam consideradas confiáveis. São classificados neste nível os títulos privados que apresentam alterações significativas no risco de crédito ou cuja negociação no mercado é substancialmente limitada.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Disponibilidades	364.126	364.166
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	752.301	752.301
Aplicações no Mercado Aberto	250.004	239.692
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	338.583	338.583
Aplicações em Moedas Estrangeiras	163.714	163.714
Total de Caixa e equivalentes de caixa	1.116.427	1.116.467

As aplicações em depósitos interfinanceiros consideradas para compor o total de "Caixa e equivalentes de caixa", possuem vencimento contratual em até 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banco				Consolidado			
	30/06/2025				30/06/2025			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	752.301	-	10.312	762.613	752.301	-	10.312	762.613
Aplicações no Mercado Aberto	250.004	-	-	250.004	250.004	-	-	250.004
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	338.583	-	10.312	348.895	338.583	-	10.312	348.895
Aplicações em Moedas Estrangeiras	163.714	-	-	163.714	163.714	-	-	163.714

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**a. Títulos e valores mobiliários****a1. Composição da carteira por categoria, tipo de papel, nível e prazo de vencimento a valores de mercado e custo**

	Banco e Consolidado				
	Valor do Custo Amortizado	Valor de Mercado	Abertura por vencimento		
			Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado					Acima de 12 meses
Títulos públicos	6.225.309	6.219.063	-	5.361.603	-
Letras do tesouro nacional - LTN	82.631	82.631	-	66.305	-
Notas do tesouro nacional - NTN ⁽¹⁾	6.142.678	6.136.432	-	5.295.298	-
Títulos privados (Nota 10.a)	2.348.455	2.338.018	-	65.629	232.106
Certificado de produto rural - CPR	222.019	222.019	-	23.783	165.402
Debêntures	148.541	148.541	-	-	-
Títulos no exterior ⁽²⁾ (Nota 13)	1.385.390	1.374.953	-	41.846	31.795
Letra Financeira - LF	122.276	122.276	-	-	-
Nota Comercial	437.917	437.917	-	-	34.909
Letra de Arrendamento Mercantil - LAM	32.312	32.312	-	-	-
Total	8.573.764	8.557.081	-	5.427.232	232.106

⁽¹⁾ ⁽²⁾ Inclui R\$ 6.246 e R\$ 10.437 de marcação dos títulos reclassificados da categoria "Valor justo por meio de outros resultados abrangentes" para "custo amortizado".

	Valor do Custo Amortizado	Valor de Mercado	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes						
Títulos públicos (Nota 10.a)	259.086	252.186	-	-	-	252.186
Letras financeiras do tesouro - LFT	168.278	168.346	-	-	-	168.346
Notas do tesouro nacional - NTN	90.808	83.840	-	-	-	83.840
Títulos privados	79.531	77.962	-	29.144	239	48.579
Títulos no exterior	61.262	59.693	-	29.144	239	30.310
CDI - Certificado de depósitos interbancário	18.269	18.269	-	-	-	18.269
Total	338.617	330.148	-	29.144	239	300.765

	Valor do Custo Amortizado	Valor de Mercado	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado						
Títulos no exterior (Nota 10.a)	31.103	1.919	-	-	-	1.919
Ações de companhias fechadas	13.627	13.627	13.627	-	-	-
Cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios	160.000	175.872	175.872	-	-	-
Cotas de fundos de investimentos	21.496	39.458	39.458	-	-	-
Total	226.226	230.876	228.957	-	-	1.919

Total da Carteira	9.138.607	9.118.105	228.957	5.456.376	232.345	3.200.427
--------------------------	------------------	------------------	----------------	------------------	----------------	------------------

b. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Fibra realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, voltadas tanto às suas próprias necessidades quanto às de seus clientes. Essas operações têm como objetivo principal reduzir a exposição a riscos relacionados a mercado, moeda e taxas de juros. O gerenciamento desses riscos é feito por meio da definição de limites e da adoção de estratégias específicas, conforme detalhado na Nota 7.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")
Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado

b1. Instrumentos Financeiros Derivativos por indexador

	Banco e Consolidado		
	30/06/2025		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor Justo
Contrato de Swap			
Ativo	583.717	45.130	112.448
Juros	539.717	26.111	90.883
Moeda Estrangeira	5.000	-	193
Prefixado	39.000	19.019	21.372
Passiva	322.657	(1.319)	(10.623)
Juros	11.657	(705)	(345)
Moeda Estrangeira	311.000	(614)	(10.278)
Contrato de Opções			
Ativo	177.143	3.637	2.822
Moeda Estrangeira	177.143	3.637	2.822
Passiva	94.029	(4.100)	(2.340)
Moeda Estrangeira	94.029	(4.100)	(2.340)
Contrato de Termo			
Ativo	3.863.028	188.477	206.468
Moeda Estrangeira	278.266	7.130	13.033
Prefixado	3.546.467	179.946	191.988
Commodities	38.295	1.401	1.447
Passiva	2.625.238	(165.249)	(163.485)
Moeda Estrangeira	2.236.671	(110.246)	(107.508)
Prefixado	1.007	(6)	(2)
Commodities	387.560	(54.997)	(55.975)
Contratos de Câmbio			
Ativo	11.246	-	2.127
Moeda Estrangeira	11.246	-	2.127
Passiva	660.837	-	(1.895)
Moeda Estrangeira	660.837	-	(1.895)

	Banco e Consolidado		
	30/06/2025		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor Justo
Outros Instrumentos Financeiros			
Ativo	-	-	4.762
Outros	-	-	4.762
Passiva	-	-	(710)
Outros	-	-	(710)
Instrumentos financeiros derivativos - Posição Ativa			328.627
Instrumentos financeiros derivativos - Posição Passiva			(179.053)

Contratos de Futuros			
Ativo	7.135.560	-	-
Commodities	109.525	-	-
Moeda Estrangeira	4.850.819	-	-
Juros	2.175.216	-	-
Passiva	6.554.408	-	-
Commodities	403.061	-	-
Moeda Estrangeira	2.147.413	-	-
Juros	4.003.934	-	-

b2. Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação Patrimoniais, por vencimento

	Banco e Consolidado			
	30/06/2025			
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Posição ativa	198.493	51.910	78.224	328.627
Contratos a Termo	164.636	38.626	3.206	206.468
Contratos de Opções	464	1.717	641	2.822
Contratos de Swap	29.176	9.170	74.102	112.448
Contratos de Câmbio	2.127	-	-	2.127
Outros	2.090	2.397	275	4.762
Posição passiva	(59.406)	(92.651)	(26.996)	179.053
Contratos a Termo	(56.252)	(91.027)	(16.206)	(163.485)
Contratos de Opções	-	(1.152)	(1.188)	(2.340)
Contratos de Swap	(549)	(472)	(9.602)	(10.623)
Contratos de Câmbio	(1.895)	-	-	(1.895)
Outros	(710)	-	-	(710)
Valor de referência - Compensação	11.303.944	5.611.284	5.112.635	22.027.863
Contratos a Termo	4.752.252	1.512.064	223.950	6.488.266
Contratos de Futuros	5.436.022	3.803.420	4.450.526	13.689.968
Contratos de Opções	85.631	163.713	21.828	271.172
Contratos de Swap	357.956	132.087	416.331	906.374
Contratos de câmbio	672.083	-	-	672.083

b3. Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte e Mercado de Negociação

	Banco e Consolidado				
	30/06/2025				
	Swap	Opções	Futuros	Contratos a Termo	Câmbio
B3	-	-	13.138.571	-	-
Bolsas no exterior	-	-	551.397	-	-
Bolsas	-	-	13.689.968	-	-
Instituições Financeiras	60.000	-	-	-	549.525
Empresas	729.489	271.172	-	6.488.266	122.558
Partes Relacionadas	116.885	-	-	-	-
Balcão	906.374	271.172	-	6.488.266	672.083
Total	906.374	271.172	13.689.968	6.488.266	672.083

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")
Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado

b4. Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

		Banco e Consolidado
		Valor de Mercado
		30/06/2025
Título		711.170
LFT - Letra financeira do tesouro		130.148
NTN - Notas do tesouro nacional		562.753
CDI - Certificado de depósitos interbancário		18.269
Recursos em espécie		48.796
Moeda estrangeira		48.796
Cotas de fundo de investimento		39.458
Fundo de Investimento B3		39.458

c. Estrutura de hedge accounting

Conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen, as operações classificadas como *hedge* são realizadas com instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura previstas. Tais operações são classificadas como *hedge* de risco de mercado quando visam compensar variações no valor de mercado, ou como *hedge* de fluxo de caixa quando têm por finalidade compensar variações no fluxo de caixa estimado da instituição.

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do Bacen, um instrumento de *hedge* é considerado efetivo quando as variações no seu valor de mercado ou no fluxo de caixa compensam, em intervalo entre 80% e 125%, as variações correspondentes do item objeto de *hedge*.

A efetividade da estrutura de *hedge* é medida mensalmente, e suas evidências são apresentadas ao comitê de gestão de risco. A efetividade apurada para a carteira de *hedge* em 30 de junho de 2025 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo Bacen.

		Banco e Consolidado
		30/06/2025
Ativo		Valor de mercado
Objeto		1.411.022
Títulos no exterior		1.411.022
Instrumento		1.315.579
Futuro de cupom de cambial DDI		1.315.579
		Banco e Consolidado
		30/06/2025
Passivo		Valor de mercado
Objeto		535.954
Captações locais		535.954
Instrumento		526.863
Futuro de taxa média de DI		526.863

7. GESTÃO DE RISCOS E GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco Fibra dispõe de uma estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, cujas diretrizes estão estabelecidas em políticas internas.

O Conselho de Administração do Banco Fibra desempenha papel fundamental na estrutura de gestão de riscos, atuando na aprovação das principais estratégias e políticas relacionadas ao tema, evidenciando, assim, a importância da governança corporativa da Instituição.

A estrutura de gestão de riscos, sob responsabilidade da Diretoria de Riscos, Operações, Controles Internos e Segurança da Informação, coordena o monitoramento e o controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, social, ambiental e climático. A integração desses riscos é observada no Comitê de Gestão de Riscos, onde são abordados todos os tópicos pertinentes, viabilizando uma gestão convergente e alinhada, com compartilhamento de informações e reforço das políticas voltadas à proteção do capital da Instituição.

O gerenciamento de capital consiste em um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, abrangendo a avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos principais riscos aos quais está exposta, bem como aos seus objetivos estratégicos.

O plano de capital é elaborado anualmente, considerando o ambiente macroeconômico, a complexidade das operações, os produtos e serviços oferecidos, além da exposição a riscos inerentes à atividade financeira. O plano contempla um horizonte de três anos, por meio de projeções de resultados, participação de mercado, composição dos ativos e passivos e alocação de resultados.

A estrutura de gerenciamento de capital do conglomerado analisa a adequação do capital regulatório da Instituição em relação ao cumprimento de seu plano estratégico. Essa análise contempla os principais riscos aos quais a Instituição está exposta, bem como simulações de eventos severos que possam impactá-la. O monitoramento da suficiência de capital é realizado de forma contínua, sendo utilizado no processo decisório de negócios e reportado ao Comitê de Gestão de Riscos e ao Conselho de Administração.

a. Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, aos custos de recuperação e à desvalorização dos contratos de crédito.

O Banco Fibra adota como premissa básica a implementação de políticas e metodologias que viabilizem a gestão dos limites de risco, a adequada precificação das operações de crédito e o gerenciamento da carteira, visando à maximização dos ganhos e à adequada remuneração do capital alocado.

Os sistemas da Instituição são projetados para avaliar solicitações de crédito com base em informações de mercado, histórico dos clientes, políticas internas, ferramentas de pontuação e mecanismos de prevenção a fraudes. Esses sistemas permitem a segmentação da análise de risco por região geográfica, setor econômico e classificação de risco.

Classificação do risco de crédito - Rating

Rating é entendido como a quantificação, por meio de premissas homogêneas e comparáveis, da capacidade de cada tomador de saldar adequadamente seus compromissos financeiros.

O processo de classificação de *rating* considera métodos estatístico-matemáticos e critérios qualitativos, com o objetivo de refletir a capacidade de pagamento do tomador em determinado horizonte de tempo e identificar alterações na qualidade creditícia da contraparte que possam impactar sua probabilidade de inadimplência.

O provisionamento é realizado com base no *rating* atribuído a cada operação, considerando o tipo e o percentual de cobertura das garantias, conforme definido em política específica.

b. Riscos de mercado e liquidez

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de oscilações nos valores de mercado dos instrumentos financeiros detidos pela Instituição, tais como variações cambiais, de taxas de juros, preços de ações, mercadorias, entre outros.

O Banco Fibra tem como foco a geração recorrente de resultados provenientes da área Comercial, por meio da evolução da carteira de crédito. Nesse contexto, a Tesouraria atua no suporte à área Comercial, viabilizando os recursos financeiros (*funding*) necessários, gerenciando os riscos de suas posições e operando de forma conservadora nas posições proprietárias.

A classificação dos instrumentos entre as carteiras de negociação e bancária é realizada conforme os critérios estabelecidos pela regulação vigente. Os limites são definidos por carteira e o seu rompimento aciona medidas que podem envolver decisões de instâncias superiores ou ações automáticas.

Carteira de negociação: É composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, incluindo derivativos, que são mantidos com a intenção de negociação.

Carteira bancária: Caracteriza-se, predominantemente, por operações oriundas das atividades típicas do negócio bancário, voltadas à gestão do balanço patrimonial da instituição. Essas operações são realizadas sem a intenção de negociação e possuem horizonte de médio a longo prazo. Seu objetivo principal é atender às necessidades de crédito aos clientes e oferecer soluções financeiras, contribuindo para a geração de valor e o fortalecimento do relacionamento institucional.

• Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade consiste em uma metodologia de teste de estresse utilizada para avaliar os impactos decorrentes de variações em parâmetros específicos relevantes sobre o capital, a liquidez ou o valor dos portfólios da instituição.

O quadro a seguir apresenta os resultados da análise de sensibilidade aplicada às operações com instrumentos financeiros das carteiras de negociação e bancária, que expõem a instituição a riscos de mercado, tais como variações cambiais, de taxas de juros, entre outros. Para o cálculo dos impactos, foram aplicados choques nas variáveis de mercado, considerando a data base de 30 de junho de 2025.

		30/06/2025		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Fator de risco		Valor	Valor	Valor
Pré		970	(683)	(131)
Cunom de moedas		(1.631)	1.384	304
Cunom de inflaçã		914	(751)	167
Moedas		(2.028)	(55)	-
Volatilidade		1.101	(637)	-
Total		(674)	(742)	340

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Cenário 01: Considera como premissas uma elevação significativa nas taxas de juros e a desvalorização da moeda local.**Cenário 02:** Adota como premissas a redução nas taxas de juros e a valorização da moeda local.**Cenário 03:** Pressupõe um movimento de achatamento (*flattener*) nas curvas de juros.

Os cenários acima possuem aprovação do Comitê de Risco da Instituição.

c. Riscos de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não conseguir honrar, de forma eficiente, suas obrigações de pagamento, esperadas ou inesperadas, correntes ou futuras, incluindo aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem incorrer em perdas significativas ou impactos adversos em suas operações diárias.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banco Fibra é conduzido por estruturas específicas, respaldadas por uma governança robusta, procedimentos formalizados e ferramentas adequadas, com o objetivo de assegurar a manutenção da liquidez em níveis saudáveis e sustentáveis.

A gestão do risco de liquidez, integrada aos demais riscos relevantes, está alinhada às diretrizes estratégicas da Instituição, bem como às decisões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Para garantir níveis adequados de liquidez, especialmente em cenários adversos (*stress*), o Banco realiza monitoramentos contínuos, reportes periódicos e controle rigoroso de limites, conforme descrito a seguir:

- Índice de Liquidez de Curto Prazo (LCP): Avalia a suficiência dos ativos líquidos de alta qualidade do conglomerado prudencial para suportar uma saída extrema de recursos em um horizonte de 21 dias úteis, conforme premissa estabelecidas pelo Comitê de Gestão de Riscos (CGR).

- Survival Period*: Reflete a capacidade de resistência da Instituição ao longo da projeção de caixa sob estresse, considerando o fluxo de pagamentos e recebimentos previstos. Essa métrica incorpora o *rating* das contrapartes, que sintetiza aspectos de risco de crédito, socioambientais e climáticos, além da renovação de captações estressadas e impactos decorrentes de oscilações de preços de mercado.

d. Risco socioambiental**• Sustentabilidade**

Ao longo do primeiro semestre de 2025, o Banco Fibra deu continuidade ao seu Planejamento Estratégico de Sustentabilidade, que conta com iniciativas específicas relacionadas aos temas Ambiental, Social e de Governança (ESG). A definição do planejamento, orientada por uma Matriz de Materialidade foi realizada em conjunto com o Comitê Executivo e aprovada pelo Conselho de Administração e está alinhado à estratégia de sustentabilidade de negócios do Banco. A execução das ações é monitorada pela área de Compliance & Sustentabilidade, com reportes periódicos nos referido fóruns.

O Planejamento Estratégico de Sustentabilidade contempla iniciativas nas áreas de governança corporativa, estratégia institucional, transparência, gestão de riscos e integridade. Além disso, inclui ações específicas voltadas à promoção da Diversidade e Inclusão (D&I), com a implementação de medidas afirmativas previstas para o primeiro e segundo semestres de 2025.

Com o objetivo de assegurar a transparência na execução do Planejamento Estratégico de Sustentabilidade, o Banco realiza a divulgação periódica de suas ações aos colaboradores, clientes, parceiros de negócios e demais *stakeholders*. Essa comunicação é feita por meio de canais institucionais, redes sociais e páginas específicas no site corporativo, como a página de Sustentabilidade <https://bancofibra.com.br/sustentabilidade/> e de Compromissos <https://bancofibra.com.br/nossos-compromissos/>, reforçando o engajamento com práticas sustentáveis e o alinhamento à cultura organizacional.Entre as ações promovidas no primeiro trimestre de 2025, destaca-se a celebração do Dia Internacional da Proteção de Dados, com atividades voltadas à capacitação dos colaboradores sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – LGPD), incluindo uma *live* conduzida por especialista jurídica no tema.Em linha com o pilar de transparência do Planejamento Estratégico de Sustentabilidade, foi lançada em março de 2025, a Página do Programa de Integridade do Banco Fibra. O conteúdo apresenta aos públicos de interesse os compromissos e diretrizes adotados pela instituição, incluindo o escopo da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), disponível em https://bancofibra.com.br/programa_integridade/.

Ainda no escopo ambiental, considerando-se o impacto de nossas atividades, promovemos em junho, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, a 4ª Semana do Meio Ambiente que contou com diversas ações de conscientização voltadas à proteção do meio ambiente, incluindo incentivo ao descarte adequado de lixo para reciclagem em nossa matriz.

Em abril de 2025, como ocorre desde 2018, o Banco Fibra finalizou o inventário anual de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) referente ao ano de 2024. Foram neutralizadas 376 toneladas de CO₂ equivalente, decorrentes de atividades administrativas, incluindo as emissões do Escopo 3 (relacionadas à cadeia de valor). Os dados foram auditados e registrados pela certificadora internacional VERRA. Para compensação, foi selecionado o projeto REDD+, voltado à redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, conservação e aumento dos estoques de carbono florestal, além do manejo sustentável.

No mês de junho, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, o Banco Fibra promoveu a 4ª Semana do Meio Ambiente. A iniciativa incluiu ações de conscientização voltadas à proteção ambiental, com destaque para o incentivo ao descarte adequado de resíduos recicláveis na matriz. As atividades foram realizadas em função dos impactos ambientais decorrentes das operações administrativas, reforçando o compromisso da instituição com a sustentabilidade.

• Responsabilidade Social, Ambiental e Climática

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) estabelece os princípios, estratégias e diretrizes a serem observados na condução dos negócios, atividades e processos do Banco Fibra, bem como no relacionamento com suas partes interessadas. Essa política está plenamente alinhada ao posicionamento institucional da companhia em relação às questões ESG.

A avaliação dos riscos social, ambiental e climático integra o processo de aceitação e renovação de clientes e fornecedores relevantes, por meio da análise do compromisso e da capacidade desses agentes em prevenir, mitigar e gerir os impactos decorrentes de suas atividades. Ao final do processo, é atribuído um *Rating* RSAC (Risco Social, Ambiental e Climático) para os clientes elegíveis e fornecedores relevantes.Esse mecanismo contribui para a robustez da estrutura de gerenciamento integrado de riscos da instituição, compondo uma dimensão específica na matriz de *Apetite* a Risco (RAS), acompanhada periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

A gestão dos riscos social, ambiental e climático está integrada aos demais riscos aos quais o Banco está exposto, tais como: como crédito, mercado, IRRB, liquidez e operacional, permitindo sua identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação por meio do Gerenciamento Integrado de Riscos (GIR).

e. Risco operacional

No Banco Fibra, o risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações em processos internos, pessoas, sistemas ou controles internos da instituição, bem como de eventos externos.

A estrutura de Gestão de Risco Operacional adota um modelo único em todo o Banco, voltado para o mapeamento de processos, identificação e avaliação de riscos e controles, além da análise da eficácia do ambiente de controles internos. Essa estrutura é responsável pela elaboração e execução de testes periódicos de efetividade dos controles, bem como pela proposição de planos de ação para mitigação de riscos cuja avaliação exceda os níveis definidos pelo Banco.

Cada área de negócio recebe os mecanismos necessários para a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e reporte de eventos relacionados ao risco operacional, além de iniciativas voltadas à disseminação da cultura de controles internos.

Os principais resultados das avaliações de risco são apresentados periodicamente aos Comitês de Auditoria e de Gestão de Riscos, que se manifestam formalmente sobre as ações corretivas a serem implementadas, visando à pronta resolução das principais deficiências identificadas.

As recomendações de melhorias resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades claramente definidos. A responsabilidade primária pela implementação dos controles de mitigação é atribuída às equipes de primeira linha, com apoio da segunda linha, representada pela estrutura de Controles Internos e Risco Operacional.

Plano de continuidade de negócios (PCN)

Em conformidade com os requisitos regulatórios, o Banco Fibra mantém processos abrangentes que contemplam políticas institucionais, procedimentos, sistemas, planos de contingência e continuidade de negócios, com o objetivo de mitigar a ocorrência de eventos indesejáveis.

O Plano de Continuidade de Negócios (PCN) do Banco Fibra adota uma abordagem estruturada e colaborativa para resposta a emergências e interrupções operacionais. São utilizados recursos e processos devidamente documentados, com o objetivo de minimizar impactos e garantir a retomada das atividades críticas dentro de prazos e condições adequadas.

A coordenação da Gestão da Continuidade do Negócio é centralizada na Governança de Segurança da Informação, que apoia as áreas de negócio na identificação de processos, pessoas e recursos essenciais cuja recuperação deve ser priorizada em caso de interrupções. As deliberações relacionadas ao PCN são conduzidas por comitês específicos, conforme demanda institucional.

Periodicamente, são realizados Testes de Continuidade de Negócios para avaliar a eficácia dos procedimentos de recuperação e assegurar sua aderência aos objetivos estratégicos da organização.

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO**a. Composição da carteira por produto**

	Banco e Consolidado 30/06/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	2.998.848
Operações de crédito	2.998.848
Empréstimos e Títulos Descontados	2.237.659
Financiamentos	586.533
Financiamentos rurais e agroindustriais	174.656
Outros créditos com característica de concessão de crédito	5.744.733
Títulos e créditos a receber	5.569.983
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	174.750
Carteira de crédito (Nota 10)	8.743.581
Garantias financeiras prestadas ⁽¹⁾ (Nota 10)	1.262.986
Total da carteira	10.006.567

⁽¹⁾ As garantias financeiras prestadas, contabilizadas em contas de compensação, são compostas da seguinte forma:

	Banco e Consolidado 30/06/2025
Fianças prestadas a clientes:	1.145.456
Créditos abertos para importação	117.530
Total	1.262.986

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")
Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado

b. Por vencimento

	Banco e Consolidado				30/06/2025
	Operações em curso normal			Em curso anormal	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Vencidos	
Operações de crédito	1.420.145	676.059	890.469	12.175	2.998.848
Outros créditos com característica de concessão de crédito	5.550.582	187.629	2	6.520	5.744.733
Garantias financeiras prestadas	281.693	779.194	202.099	-	1.262.986
Total	7.252.420	1.642.882	1.092.570	18.695	10.006.567

c. Composição por ramo de atividade

	Banco e Consolidado 30/06/2025
Indústria	6.395.879
Comércio	1.608.630
Intermediários financeiros	712.204
Serviços	1.095.132
Habitação	113.119
Pessoas físicas	33.460
Rurais	48.143
Total da carteira	10.006.567

d. Concentrações dos riscos de crédito

	Banco e Consolidado 30/06/2025
Principal devedor	1.794.315
2º ao 10º maiores devedores	2.765.686
11º ao 20º maiores devedores	834.388
21º ao 50º maiores devedores	1.513.003
51º ao 100º maiores devedores	1.083.542
Demais devedores	2.015.633
Total da carteira	10.006.567

e. Cessão de créditos

No semestre findo em 30 de junho de 2025 não houve cessão de crédito da carteira ativa.

f. Operações ativas vinculadas

Em 30 de junho de 2025, não houve operações vinculadas ativas.

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Negociação e intermediação de valores	56.300	56.300
Relações interfinanceiras e interdependências	412.975	412.975
Título de crédito a receber ⁽¹⁾	16.171	16.171
Depósitos em garantia ⁽²⁾	668.634	668.638
Valores a receber ⁽³⁾	272.402	272.454
Comissões de fianças a receber	11.085	11.175
Impostos a compensar	50.102	51.297
Total	1.487.669	1.489.010
Circulante	546.633	547.918
Não circulante	941.036	941.092

⁽¹⁾ Refere-se a recebível vencido.

⁽²⁾ Refere-se substancialmente a depósitos judiciais para PIS e COFINS (Nota 24.c).

⁽³⁾ Refere-se substancialmente a venda de BNDU.

10. PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

a. Composição dos Ativos Financeiros

	Banco e Consolidado			30/06/2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Carteira de crédito e Outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8)	8.365.845	42.513	335.223	8.743.581
Títulos com risco de crédito (Nota 6.a1)	1.247.835	15.120	31	1.262.986
Títulos com risco de crédito	2.232.507	5.455	161.668	2.399.630
Outros Ativos Financeiros	414.177	-	16.171	430.348
Total de Ativos Financeiros	12.260.364	63.088	513.093	12.836.545

b. Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação de ativo financeiro

	Banco e Consolidado			30/06/2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Carteira de crédito e Outros créditos com característica de concessão de crédito	21.694	1.574	96.255	119.523
Títulos com risco de crédito	4.318	21	114.286	118.625
Outros Ativos Financeiros	191	-	15.039	15.230
Total	26.203	1.595	225.580	253.378
Garantias financeiras prestadas ⁽¹⁾ (Nota 20)	1.096	27	-	1.123
Total	1.096	27	-	1.123

⁽¹⁾ Considera-se os ativos financeiros que não sofreram migração de estágio e novas operações no semestre.

c. Movimentação dos saldos das provisões para perdas esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Estágios 1 - 2 - 3	Banco e Consolidado			30/06/2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2025	30.088	2.672	300.606	333.366
Migração de estágio de:				
Migração de 1 para 2	(138)	303	-	165
Migração de 1 para 3	(4.751)	-	24.408	19.657
Migração de 2 para 1	47	(525)	-	(478)
Migração de 2 para 3	-	(285)	3.062	2.777
Ativos originados ⁽¹⁾	18.786	1.320	67.917	88.023
Ativos liquidados e créditos compensados como prejuízo	(16.733)	(1.863)	(170.413)	(189.009)
Saldo em 30 de junho de 2025	27.299	1.622	225.580	254.501

O saldo dos créditos renegociados no semestre foi de R\$ 8.930.

No período findo em 30 de junho de 2025, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R\$ 11.021.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")
Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado

11. COMPOSIÇÃO DE OUTROS ATIVOS

	Banco	Consolidado
	Saldo final	Saldo final
Bens não de uso	192.377	192.378
Imóveis	193.956	193.957
Veículos	963	963
Provisão por desvalorização	(22.890)	(22.890)
Outros	20.348	20.348
Despesas antecipadas	68.758	68.813
Comissões de CDB/LCA/LCI/LF	50.081	50.081
Licenças de uso	7.732	7.732
Seguro	1.447	1.450
Adiantamento e antecipações salariais	4.854	4.860
Outras	4.644	4.690
Total	261.135	261.191
Circulante	18.677	18.732
Não circulante	242.458	242.459

12. INVESTIMENTOS

a. Participações em controladas

	Banco e Consolidado			
	30/06/2025			
Empresas	Participação	Patrimônio líquido ajustado	Resultado de participação no período	Valor do investimento
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.	99,999%	1.567	(970)	1.567
Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários	100,00%	1.162	48	1.162
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	99,999%	12.392	10.392	12.392
Fibra Comercializadora de Energia Ltda. ⁽¹⁾	99,999%	62.862	12.043	62.862
Total		77.983	21.513	77.983

⁽¹⁾ Em 27 de novembro de 2024, a denominação social da Validata Meios de Pagamentos Ltda. foi alterada para Fibra Comercializadora de Energia Ltda., e o objeto social foi alterado para comercialização de energia elétrica.

b. Ativos intangíveis

Movimentação do intangível:

	Banco e Consolidado				
	30/06/2025				
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Despesa de amortização	Saldo final
Processamento de dados ⁽¹⁾	26.174	3.942	(216)	(4.736)	25.164
Licenças e direitos de uso	383	-	-	(73)	310
Total	26.557	3.942	(216)	(4.809)	25.474

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a gastos com desenvolvimento de sistemas.

c. Redução ao valor recuperável dos ativos - CPC 01

Em 30 de junho de 2025 não ocorreram baixas por *impairment*.

13. DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

O montante relativo a variações cambiais reconhecido no semestre de 2025 foi uma despesa de R\$ 125.

O resultado apurado pela agência de Cayman, no semestre de 2025, foi de R\$ 32.520. O efeito da variação cambial do patrimônio líquido da agência, registrado no Banco Fibra, foi uma despesa de R\$ 4.062.

	Cayman		30/06/2025
	relacionadas	Terceiros	Total
ATIVO			
Disponibilidades	-	129.395	129.395
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	-	4.201.101	4.201.101
Títulos e valores mobiliários (Nota 6.a)	-	1.374.953	1.374.953
Operações de crédito	-	2.829.608	2.829.608
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	-	(21.431)	(21.431)
Outros ativos	-	17.971	17.971
Ativos Financeiros Mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes	26.478	33.215	59.693
Títulos e valores mobiliários (Nota 6.a)	26.478	33.215	59.693
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	-	1.919	1.919
Títulos e valores mobiliários (Nota 6.a)	-	1.919	1.919
TOTAL DO ATIVO	26.478	4.365.630	4.392.108
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	1.502.113	2.763.549	4.265.662
Depósitos à vista	-	7.714	7.714
Depósitos a prazo	1.502.113	1.794.313	3.296.426
Operações compromissadas	-	831.930	831.930
Dívida subordinada (Nota 18)	-	129.592	129.592
TOTAL DO PASSIVO	1.502.113	2.763.549	4.265.662
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	126.446	126.446
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.502.113	2.889.995	4.392.108

14. DEPÓSITOS

	Banco						30/06/2025
	Sem vencimento	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Depósitos à vista ⁽¹⁾	218.712	-	-	-	-	-	218.712
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-	49.425	49.425
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	-	4.094.651	548.186	680.565	1.342.350	5.927.757	12.594.430
Total	218.712	4.094.651	548.186	680.565	1.342.350	5.978.103	12.862.567

	Consolidado						30/06/2025
	Sem vencimento	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Depósitos à vista ⁽¹⁾	160.472	-	-	-	-	-	160.472
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-	49.425	49.425
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	-	4.094.651	548.057	678.995	1.338.002	5.927.757	12.587.462
Total	160.472	4.094.651	548.057	678.995	1.338.002	5.977.182	12.797.359

⁽¹⁾ Estas rubricas incluem o saldo de R\$ 7.714 em depósitos à vista e R\$ 3.296.426 em depósitos a prazo, captados por meio da agência de Cayman, registrados em moeda estrangeira.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

15. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Refere-se a operações de venda de títulos no mercado com compromisso de recompra.

	Banco e Consolidado 30/06/2025
NTN - Notas do tesouro nacional	5.011.564
LTN - Letras do tesouro nacional	66.763
LFT - Letras financeira do tesouro	200.007
Títulos no exterior	831.930
Total de carteira própria	6.110.264
Circulante	6.110.264
Não circulante	-

16. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	Banco e Consolidado					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2025
LCA - Letras de créditos do agronegócio ⁽¹⁾	1.052	3.659	38.588	91.819	96.930	232.048
LF - Letras financeiras ⁽²⁾	1.281	1.248	40.288	461	35.385	78.663
LCI - Letras de créditos imobiliária ⁽³⁾	246	119	-	732	1	1.098
Total	2.579	5.026	78.876	93.012	132.316	311.809

As operações de LCA são lastreadas com operações ativas do Banco.

Os recursos captados foram corrigidos pelas taxas e indexadores a seguir:

⁽¹⁾ LCA com taxas que variam de 87% a 115% do CDI e taxas pré de 10,44% a 15,31% a.a.⁽²⁾ LF à taxa de 111% a 113% do CDI ou IPCA e taxas pré de 11,99% a 12,88% a.a.⁽³⁾ LCI à taxa de 111% a 113% do CDI a.a.**17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR E REPASSES NO PAÍS**

As obrigações por repasses do país são representadas por captações via Funcafé e corrigidas por juros pré-fixado de 8,00% a.a. até o vencimento e pela Selic do vencimento até a data do repasse ao Ministério.

	Banco e Consolidado					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2025
Funcafé	23.812	76.343	27.150	750	19.183	147.238
Finame	1.186	2.343	3.331	6.045	15.551	28.456
Empréstimos no exterior	16.817	15.501	25.599	30.999	-	88.916
Total	41.815	94.187	56.080	37.794	34.734	264.610

18. DÍVIDAS SUBORDINADAS ELEGÍVEIS A CAPITAL

Em 06 de fevereiro de 2018, o Banco Fibra, através de sua agência nas Ilhas Cayman, captou recursos no exterior, na forma de dívida subordinada no valor total de USD 15 milhões. Posteriormente, em 29 de março de 2018, foi realizada uma emissão suplementar à dívida original, no valor adicional de USD 8.000 milhões. Referidas dívidas possuem pagamentos de juros semestrais, em fevereiro e agosto de cada ano. Em 24 de maio de 2018, o Bacen aprovou o montante total de USD 23.000 milhões relativo às emissões mencionadas. No exercício de 2022, o Banco Fibra efetuou a emissão de letras financeiras subordinada, captando um total de R\$ 61.730 milhões, e no exercício de 2024, realizou nova captação, no montante de R\$ 48.300 milhões.

Os instrumentos de dívida subordinada integram o Nível II do seu Patrimônio de Referência, nos termos da Resolução nº 4.955/21.

	Remuneração		Banco e Consolidado	
			Vencimento	Saldo em reais
				Capital nível II
Dívidas Subordinadas no exterior	VC + 8.125%	06/02/2028	84.517	49.114
Dívidas Subordinadas no exterior	VC + 8.125%	06/02/2028	45.075	26.194
Total de captação no exterior (Nota 13)			129.592	75.308
Dívidas Subordinada	4,30%	29/09/2034	3.313	3.313
Dívidas Subordinada	4,30%	23/10/2034	10.544	10.544
Dívidas Subordinada	4,30%	18/12/2034	4.526	4.526
Dívidas Subordinada	16,79%	18/12/2034	15.504	15.504
Dívidas Subordinada	17,73%	18/12/2034	334	334
Dívidas Subordinada	4,30%	19/12/2034	302	302
Dívidas Subordinada	16,79%	18/12/2035	31.808	31.808
Dívidas Subordinada	16,79%	18/12/2036	31.010	31.010
Dívidas Subordinada	16,79%	18/12/2037	15.502	15.502
Dívidas Subordinada	19,70%	15/12/2038	5.498	5.498
Dívidas Subordinada	17,73%	16/12/2039	27.849	27.849
Dívidas Subordinada	18,60%	16/03/2040	3.631	3.631
Total de Letras Financeiras			149.821	149.821
Total de captações			279.413	225.129

19. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	Banco e Consolidado 30/06/2025
Relações interfinanceiras e interdependências	1.455
Negociação e intermediação de valores	13.089
Cobrança e Arrecadação de Tributos	2.880
Obrigações em moeda estrangeira	187.187
Total	204.611
Circulante	204.611
Não circulante	-

20. COMPOSIÇÃO DE OUTROS PASSIVOS**a. Provisões**

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Provisões para contingências fiscais (Nota 24.e)	512.995	512.995
Provisões para contingências trabalhistas (Nota 24.e)	52.261	52.261
Provisões para contingências cíveis (Nota 24.e)	2.139	2.156
Provisões sobre participações no resultado	9.060	9.060
Provisões para pagamentos a efetuar	12.454	12.833
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 10.b)	1.123	1.123
Provisão sobre comissão	12.472	12.472
Total	602.504	602.900
Circulante	21.538	21.934
Não circulante	580.966	580.966

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")
Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado

b. Outros passivos

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Provisão para imposto de renda e contribuições sobre o lucro	4.536	5.602
Impostos e contribuições a recolher	12.677	13.180
Obrigações fiscais diferidas	59.547	59.547
Outros passivos	2.883	2.883
Total	79.643	81.212
Circulante	79.643	81.212
Não circulante	-	-

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social está representado por 6.335.020.888 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais dos acionistas.

b. Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a destinação não mais se faz obrigatória. No primeiro semestre de 2025 foi constituído o montante de R\$ 2.100.

22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

a. Outras despesas administrativas

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Despesas de processamento de dados	19.661	19.816
Despesas de serviços técnicos especializados	6.794	7.222
Despesas de serviços sistema financeiro	5.179	5.186
Despesas de aluguéis	2.504	2.509
Despesas de comunicação	1.195	1.199
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.700	1.710
Despesas de depreciação	839	842
Despesas de seguros	602	628
Despesas de amortização	4.809	4.809
Impostos e taxas	317	318
Despesas de honorários	5.187	6.389
Despesas de serviço de terceiros	9.004	9.505
Outras despesas administrativas	2.023	2.223
Total	59.814	62.356

b. Outras receitas operacionais

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Atualização monetária	21.270	21.274
Cessão de recebíveis	261.420	261.420
Reversão de contingências cíveis/trabalhistas	918	918
Outras receitas operacionais	1.565	1.582
Total	285.173	285.194

c. Outras despesas operacionais

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Variação cambial	32.095	32.095
Pagamento de indenizações cíveis	6.724	6.724
Despesas de contingências	14.601	14.595
Desconto concedido	1.218	1.218
Custas processuais	1.808	1.808
Despesas de atualização monetária	49	52
Outras despesas operacionais	2.920	2.925
Total	59.415	59.417

d. Resultado não operacional

Totaliza R\$ 19.535, é representado substancialmente, pelos ganhos e perdas na alienação, aluguel de BNDU e provisão para desvalorização de bens não de uso próprio no Banco Fibra.

23. TRIBUTOS

a. Composição das despesas com impostos e contribuições

Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período:

	Banco			Consolidado		
	30/06/2025			30/06/2025		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL	70.112	70.112	70.112	59.047	59.047	59.047
Encargos - IRPJ - 25% e CSLL - 20%	(17.528)	(14.022)	(31.550)	(14.762)	(11.809)	(26.571)
Adições e exclusões no cálculo de impostos	2.463	1.526	3.989	5.845	4.230	10.075
Participações em controladas	5.377	4.304	9.681	-	-	-
Despesas não dedutíveis - Permanentes	(3.470)	(2.778)	(6.248)	4.650	3.720	8.370
IRRF a compensar - Exterior	556	-	556	556	-	556
Outros (ajuste de alíquota)	-	-	-	639	510	1.149
Imposto de renda e contribuição social	(15.065)	(12.496)	(27.561)	(8.917)	(7.579)	(16.496)
Consolidação IRRF - Exterior	(556)	-	(556)	(556)	-	(556)
Imposto de renda e contribuição social	(15.621)	(12.496)	(28.117)	(9.473)	(7.579)	(17.052)

b. Créditos tributários

I - Em 30 de junho de 2025, o Banco Fibra possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme demonstrado a seguir. Esses créditos estão registrados na rubrica Ativos fiscais diferidos, tendo em vista as estimativas de realização dos créditos, face à projeção de lucros tributáveis baseada em estudo técnico que é revisito, no mínimo semestralmente.

O estudo foi atualizado para 30 de junho de 2025, conforme previsto pela regulamentação vigente, e foi aprovado pelo Conselho de Administração em 25 de agosto de 2025. Em termos gerais, o referido estudo atende aos requisitos necessários para suporte à manutenção da contabilização do ativo fiscal diferido.

Os principais fatores que fundamentam a projeção de rentabilidade futura para os próximos 10 anos são:

- Premissas básicas aderentes aos planos estratégicos da Instituição e ao cenário macroeconômico atual;
- Projeções de resultado compatíveis com os negócios, estratégias e estruturas operacionais e de capital;
- Crescimento das carteiras de crédito de atacado e aplicação de "spreads" aderentes às expectativas de mercado;
- Esgotamento total da carteira de crédito do segmento varejo;
- Incremento nas receitas de prestação de serviços, tarifas e outras receitas não-crédito, compatíveis com o mercado e com a estrutura de produtos oferecidos pelo Banco;
- Perdas com crédito projetadas com base em percentuais compatíveis com o mercado;
- Estimativa de despesas e custos operacionais baseada na inflação projetada e nas necessidades operacionais da Instituição;
- Histórico de geração de lucro tributável recorrente nos últimos exercícios, conforme já havia sido projetado nos estudos técnicos nos anos anteriores; e
- Continua melhora nos resultados apropriados pela Instituição, ao longo dos últimos exercícios, incluindo 2025.

A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas premissas na forma como projetadas.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco			
	31/12/2024	Constituição	(Realização)	30/06/2025
Total de créditos tributários de diferenças temporárias	823.143	47.204	(23.927)	846.420
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	522.538	10.287	(7.976)	524.849
Provisão para perdas esperada Res. nº 4.966	-	36.917	-	36.917
Provisão para contingências trabalhistas	23.896	-	(379)	23.517
Provisão para contingências - outros	236.786	-	(507)	236.279
Ajuste marcação a mercado	28.685	-	(14.557)	14.128
Provisão para desvalorização de bens não de uso	10.391	-	(90)	10.301
Outras	847	-	(418)	429
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	317.474	-	(6.487)	310.987
Total de créditos tributários	1.140.617	47.204	(30.414)	1.157.407
Obrigações fiscais diferidas (Nota 20.b)	(44.555)	(14.992)	-	(59.547)
Créditos tributários líquidos	1.096.062	32.212	(30.414)	1.097.860

	Consolidado			
	31/12/2024	Constituição	(Realização)	30/06/2025
Total de créditos tributários de diferenças temporárias	823.143	47.204	(23.927)	846.420
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	522.538	10.287	(7.976)	524.849
Provisão para perdas esperada Res. nº 4.966	-	36.917	-	36.917
Provisão para contingências trabalhistas	23.896	-	(379)	23.517
Provisão para contingências - outros	236.786	-	(507)	236.279
Ajuste marcação a mercado	28.685	-	(14.557)	14.128
Provisão para desvalorização de bens não de uso	10.391	-	(90)	10.301
Outras	847	-	(418)	429
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	317.874	12.886	(6.487)	324.273
Total de créditos tributários	1.141.017	60.090	(30.414)	1.170.693
Obrigações fiscais diferidas (Nota 20.b)	(44.555)	(14.992)	-	(59.547)
Créditos tributários líquidos	1.096.462	45.098	(30.414)	1.111.146

II – Apresentamos abaixo a expectativa anual de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado o CDI projetado ano a ano, para os próximos 10 anos, aplicada sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas na data do balanço.

	Banco
Ano de realização	30/06/2025
2025	55.182
2026	105.528
2027	90.096
2028	97.086
2029	307.038
2030	120.808
2031	135.527
2032	153.019
2033	88.148
2034	4.975
Total	1.157.407
Valor presente	603.652

24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Banco Fibra e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a. Ativos contingentes

Não há ativos contingentes registrados contabilmente. Contudo, em sede do mandado de segurança nº 0001463.05-2011.403.6100, pleiteia-se o direito à compensação dos valores de PIS e COFINS indevidamente recolhidos no período entre junho de 2001 a maio de 2006, nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/96, com perspectiva de êxito remota, no montante de R\$ 37.319, e cujo mérito da exigência se encontra em debate nos casos abaixo:

PIS: Mandado de segurança nº 0014234-88.2006.4.03.6100 impetrado em 06/2006, com vistas à concessão de segurança para autorizar o recolhimento do PIS apenas sobre receitas decorrentes da prestação de serviços. Por conta da adesão ao programa especial de regularização tributária - PERT em 08/2017, detalhado no item "c" abaixo, houve desistência deste processo bem como desistência parcial do mandado de segurança nº 0001463.05-2011.403.6100 apenas em relação ao direito à compensação do PIS. Assim sendo, remanesce a discussão judicial da compensação no tocante à COFINS, o que corresponde ao montante atualizado de R\$ 37.319. Cofins: Mandado de segurança nº 2006.61.00.014235-1 impetrado em 06/2006, com vistas à concessão de segurança para autorizar o recolhimento do COFINS apenas sobre receitas decorrentes da prestação de serviços.

b. Passivos de natureza trabalhista e cível

No caso das ações cíveis, o Banco Fibra efetua provisão em montante considerado suficiente com base no histórico de perdas apuradas nos últimos anos, além da adequação aos precedentes dos Tribunais. São consideradas no cálculo da provisão as ações cíveis em que a empresa figure no pólo passivo, através do critério concernente ao produto Atacado e Varejo, a saber: (i) para as ações, cujo objeto seja um produto do atacado, foi provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 660 para os casos em que há probabilidade de perda com desembolso financeiro; e (ii) para as ações, cujo objeto seja um produto do varejo, foi provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 1.496, quando se tratar de ações indenizatórias e de repetições de indébito.

No caso das ações trabalhistas, a avaliação é efetuada com base de dados das ações encerradas com trânsito em julgado entre o período de 2007 a 2025. Os valores são apurados e aplicados para os processos em aberto, considerando a média de indenização e ponderação de êxito por verba, expurgados os casos excepcionais. Em 30 de junho de 2025, no consolidado, o saldo da provisão de Passivos Trabalhistas montante R\$ 52.261.

c. Passivos de natureza fiscal

Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis referem-se principalmente ao processo de alargamento da base de PIS e COFINS.

O Banco Fibra e suas controladas impetraram mandado de segurança visando garantir o direito líquido e certo de recolher a contribuição para o PIS e COFINS somente com base nas receitas provenientes da prestação de serviços, Lei nº 9.718/98 (alargamento da base de cálculo), relativamente ao período – base de junho de 2006 e subsequentes, bem como de proceder a compensação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, desde junho de 2001, nos termos do artigo 74º da lei nº 9.430/96, com redação dada pela Lei nº 10.637/02, acrescidos da taxa de juros SELIC, conforme determinado pela Lei nº 9.250/95. Em observância a decisão de 10/12/2010, exarada nos autos da medida cautelar, que atribuiu efeito suspensivo ao recurso extraordinário, não foi necessária a realização de depósito judicial para o PIS nas empresas Banco Fibra e Fibra Asset DTVM (incorporada pelo Banco Fibra em 31 de agosto de 2013). Para a empresa Credifibra (incorporada pelo Banco Fibra em 31 de outubro de 2012) foram efetuados os depósitos judiciais para o PIS. Em 30 de junho de 2025, no consolidado, o saldo corresponde a R\$ 8.921. No que tange a COFINS (Banco e suas Controladas), a partir de abril de 2012 foram efetuados os depósitos judiciais que em 30 de junho de 2025, somados perfazem o valor de R\$ 533.970, conforme disposto no parágrafo 2º, do artigo 63 da Lei nº 9.430/96. Os advogados externos contratados, responsáveis pela condução dos processos remanescentes (PIS - Credifibra - Credifibra, Banco Fibra e Fibra Asset DTVM), entendem que a probabilidade de perda é provável, sendo que o montante de R\$ 512.995 encontra-se integralmente provisionado, registrado no longo prazo, na rubrica "Provisões".

d. Contingências passivas com risco de perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados nos pareceres dos consultores jurídicos externos contratados em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as contingências classificadas como perdas possíveis no montante de R\$ 698.374, sendo compostas, principalmente, pelas seguintes questões:

- Auto de infração lavrado pela Receita Federal, referente à IRPJ e CSLL, em razão de ganho auferido na devolução do patrimônio social de entidade isenta, no ano calendário de 2007, no valor de R\$ 65.570;
- Glosa de despesas realizadas a título de variação cambial, tributação de ganhos auferidos em devolução do patrimônio de entidades isentas e dedutibilidade em excesso de juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 28.740;
- Auto de infração referente IRRF sobre JCP pago a empresa no exterior, relativo aos anos de 2009 e 2010, no valor de R\$ 899;
- Auto de infração previdenciário, no valor de R\$ 115.458;
- Glosa de amortização de ágio apropriada em 2011 no valor de R\$ 27.171;
- Exclusão indevida da base de cálculo do IRPJ e CSLL de créditos recuperados e glosa de despesas em 2011, no valor de R\$ 12.430;
- Glosa de amortização de ágio apropriada de janeiro a outubro de 2012 no valor de R\$ 19.252;
- Glosa complementar de amortização de ágio apropriado em novembro e dezembro de 2012 e exclusão indevida da base de cálculo do IRPJ e CSLL de créditos recuperados e glosa de despesas em 2012, no valor de R\$ 20.558;
- Glosa de despesas e amortização de ágio apropriada na base de cálculo do IRPJ e CSLL ano calendário 2014, no valor de R\$ 18.760;
- Glosa de amortização de ágio apropriada de janeiro a dezembro de 2015 no valor de R\$ 26.165;
- Glosa de Despesas em Operações com Derivativos de *hedge* da base de cálculo do PIS e COFINS nos meses de agosto a dezembro de 2015 no valor de R\$ 89.856;
- Glosa de amortização de ágio apropriada de 2016 a 2019 no valor de R\$ 151.757;
- Autos de infração cobrando multa isolada de 50% decorrentes de valor de lançamento de ofício por ausência de pagamentos mensais por estimativa de IRPJ e CSLL de 2019 e 2020, sob a alegação de o Banco ter realizado adições ao seu lucro líquido em função de aplicação de regras de subcapitalização somente ao término do ano calendário, para a apuração do IRPJ e da CSLL propriamente ditos, tendo ignorado seus efeitos nas estimativas mensais de setembro de 2019, janeiro de 2020, fevereiro de 2020 e março de 2020, no valor de R\$1.581;
- Autos de infração por indeferimento de pedido de PER/DCOMP no qual o Banco solicitou compensação de saldo negativo de CSLL e IRPJ apurado no ano de 2016 com débitos próprios, sendo parcela do saldo negativo decorrentes de IR/Fonte retido no Brasil sobre remessa de juros à filial de Cayman dos anos de 2012 a 2014, no valor de R\$5.847.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

e. Movimentação das provisões para passivos contingentes

	Consolidado		
	2024	Constituição	Realização
Processos cíveis	1.953	439	(236)
Processos trabalhistas	53.103	1.576	(2.418)
Processos fiscais	498.658	14.337	-
Total (Nota 20.a)	553.714	16.352	(2.654)

f. Programa de pagamento ou parcelamento de tributos federais – Lei nº 11.941/09

O Banco Fibra e suas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários da Lei nº 11.941/09. Em 30 de junho de 2011, os valores foram consolidados e pagos à vista, no montante de R\$ 13.244, exceto para os processos judiciais garantidos por depósitos, que aguardam a vinculação dos depósitos efetuados nos autos do mandado de segurança para quitação dos valores devidos e posterior levantamento dos saldos remanescentes dos processos. A provisão em 30 de junho de 2025 é de R\$ 4.586. O principal processo incluído nesse programa se refere a CSLL Isonomia.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a. Partes Relacionadas**

Os valores abaixo se referem a transações do Banco Fibra com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. As operações entre as empresas, incluídas na consolidação (Nota 3.a), foram eliminadas, e não representam efeitos nas demonstrações consolidadas. No semestre findo em 30 de junho de 2025, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

Controladas	Prazo até	Remuneração	30/06/2025	
			Ativo / Passivo	Receita/ (Despesa)
Valores a receber			6	79
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda	N/A	N/A	6	79
Depósitos				
À Vista			58.092	-
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda	N/A	N/A	794	-
Fibra Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários	N/A	N/A	38	-
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	N/A	N/A	7.966	-
Fibra Comercializadora de Energia Ltda	N/A	N/A	49.294	-
A Prazo			6.967	(615)
Fibra Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários	mai/26	100% do CDI	1.098	(72)
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	jun/26	100% do CDI	4.948	(441)
Fibra Comercializadora de Energia Ltda	mar/27	100% do CDI	921	(102)
Valores a pagar			17	(104)
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda	N/A	N/A	17	(104)

Coligadas do Grupo Controlador	Prazo até	Remuneração	30/06/2025	
			Ativo / Passivo	Receita/ (Despesa)
Títulos e valores mobiliários			26.478	4.586
CSN Inova Ventures (Nota 13)	jan/28	7,0%	26.478	4.586
Instrumentos financeiros derivativos			16.856	18.055
Vicunha Têxtil S.A.	fev/31	N/A	15.599	16.669
Finobrasa Agroindustrial S.A.	jun/26	N/A	863	992
Fazenda Santa Otília Agropecuária Ltda.	jun/26	N/A	394	394
Operações de crédito			91.177	8.240
Finobrasa Agroindustrial S.A.	jan/26	17,6% até 18,8%	32.420	2.656
Ibis Agrária LTDA	mai/26	21,67%	16.308	1.882
Fazenda Santa Otília Agropecuária Ltda.	nov/27	17,0% a 18,8%	20.949	1.892
Taquari Participações S.A.	out/28	4,0%	21.500	1.810
Valores a receber			196.013	9.105
Taquari Participações S.A. (*)			196.013	9.105
(*) Refere-se a valores a receber pela venda de BNDU - Bens não de uso próprio				
Transferências de direitos sem coobrigação			-	19.268
Companhia Siderúrgica Nacional	N/A	N/A	-	19.268
Dívidas Subordinadas - Título de dívida no exterior (Nota 18)			1.631.705	(5.358)
Companhia Siderúrgica Nacional	fev/28	8,1%	129.592	(5.099)
Depósito a prazo no exterior				
CSN Mineração S.A.	ago/25	5,1%	1.502.113	(259)
Depósitos à vista e a prazo			425.252	(34.549)
AVCO Polímeros do Brasil S.A.	N/A	N/A	2	-
Companhia Siderúrgica Nacional	N/A	N/A	175.321	(9.359)
Fazenda Santa Otília Agropecuária Ltda.	nov/25	106,5% do CDI	6.112	(4.158)
Finobrasa Agroindustrial S.A.	mai/27	105% do CDI	189	(3.869)
Pajuçara Confeções S.A.	jun/27	105% do CDI	181	(1)
Rio Purus Participações S.A.	mai/27	105% do CDI	12.667	(2.009)
Taquari Participações S.A.	jun/27	105% do CDI	4.290	(3.091)
Vicunha Aços S.A.	dez/26	105% do CDI	110.015	(9.758)
Vicunha Distribuidora de Produtos Têxteis Ltda.	N/A	N/A	10	-
Vicunha Imóveis Ltda.	fev/27	110% do CDI	2.593	(131)
Vicunha Steel S.A.	mai/27	105% do CDI	185	(16)
Vicunha Têxtil S.A.	jun/26	103,5% do CDI	113.687	(2.157)

Controladores, acionistas e pessoal chave da administração	Prazo até	Remuneração	30/06/2025	
			Ativo / Passivo	Receita/ (Despesa)
Depósitos à vista e a prazo	mar/30	100% a 116% do CDI	(8.120)	(795)

b. Remuneração Pessoal Chave da Administração

Apresentamos a seguir a composição da remuneração do pessoal chave da administração, conforme estabelecido pelo CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas parágrafo 17º e CPC 33 - Benefícios a empregados, ambos, aprovados pelas Resoluções CMN nº 3.921/10 e nº 4.877/20.

Administradores	Consolidado	
	30/06/2025	
Benefícios de curto prazo à empregados e administradores	8.597	
Outros benefícios de longo prazo	12.775	
Total	21.372	

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")

Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado

26. LIMITES OPERACIONAIS

As instituições financeiras devem manter patrimônio de referência mínimo de 10,50% dos seus ativos consolidados ponderados por graus de risco (risco de crédito, mercado e operacional). Em 30 de junho de 2025, o Banco Fibra estava enquadrado neste limite operacional, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado 30/06/2025
Patrimônio de referência (PR)	1.010.301
Patrimônio de referência exigido (PRE)	656.769
Valor correspondente ao RBAN ⁽¹⁾	5.807
Adicional de Capital Principal (conservação) ⁽²⁾	205.240
Margem	142.485

⁽¹⁾ Risco de Mercado de taxas de juros de carteira "banking".

⁽²⁾ Em 2025, o RWA foi de 2,50%

Em 30 de junho de 2025, o Índice de Basileia, em conformidade com as regras vigentes, corresponde a 12,31%.

27. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a. Benefícios a funcionários

O Banco Fibra oferece aos seus empregados os seguintes benefícios: seguro de vida, seguro saúde, vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte. Nenhum destes benefícios é considerado como parte integrante do salário.

b. Participação nos lucros - Funcionários

O Banco adota Programa de Participação nos Resultados para todos os funcionários. Este programa é elaborado em parceria com o Sindicato dos Bancários.

28. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/2020, considera-se como resultado não recorrente aquele que não esteja relacionado, ou esteja relacionado apenas de forma incidental, às atividades típicas da Instituição, e que não se espere que ocorra com frequência nos exercícios futuros.

Ao longo do primeiro semestre de 2025, não foram identificados eventos ou transações que gerassem resultados classificados como não recorrentes.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes que possam impactar significativamente as demonstrações financeiras da empresa para o período findo em 30 de junho de 2025.

Membros da Diretoria Executiva

Arno Schwarz
Andre Cadime de Godoi
Daniel Olivieri Silva
Eduardo Antonelli Carvalho De Souza
Giuseppe Paternostro Neto
Maria Ines Vicente Ferreira Pastori
Sergio Luis Patricio

Contador: José Eduardo Fernandes

CRC 1SP 269858/O

Relatório do Comitê de Auditoria

Introdução:

Em conformidade ao disposto em seu Regimento Interno e as práticas de Governança Corporativa, compete ao Comitê de Auditoria zelar pelo aprimoramento da qualidade e efetividade dos controles e conformidade das operações e negócios do Conglomerado Fibra com os dispositivos regulamentares e exigências legais, fornecendo os resultados aos membros do Conselho de Administração, incluindo informações sobre as avaliações apresentadas pelas Auditorias Interna e Independente.

As análises do Comitê de Auditoria foram baseadas nas informações recebidas da Administração, da Contabilidade, das Auditorias Independente e Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas próprias avaliações decorrentes de observação direta.

Compete à Administração do Banco Fibra S.A. ("Banco Fibra"), assegurar a existência de uma estrutura contábil adequada, profissionais qualificados e sistemas confiáveis que viabilizem a adequada elaboração das Demonstrações Financeiras das empresas que compõem o Conglomerado, em observância à legislação societária, às práticas contábeis adotadas no Brasil e às normas emanadas pelo Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração também é responsável pelo aprimoramento contínuo de processos, políticas e procedimentos de controle que propiciem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de ativos e passivos e gerenciamento dos riscos, das operações e dos sistemas da Instituição.

A Grant Thornton Auditores Independentes, na qualidade de Auditor Independente, é a responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir opinião sobre a aderência aos princípios contábeis. Adicionalmente, produz relatório de recomendações para aprimoramento dos procedimentos contábeis e de controles internos.

A Auditoria Interna tem sua atuação voltada à avaliação da qualidade dos processos e efetividade dos controles internos e as atividades de gerenciamento de riscos, propiciando ao Comitê de Auditoria uma visão crítica dos principais riscos a que a instituição está exposta.

Atividades exercidas no âmbito das atribuições do Comitê de Auditoria, no período:

Entre fevereiro e junho de 2025, o Comitê de Auditoria do Banco Fibra realizou 05 reuniões mensais, ordinárias nas quais foram desenvolvidas atividades voltadas à avaliação da qualidade e efetividade das Auditorias Independente e Interna, à suficiência dos sistemas de controles internos e à análise das demonstrações contábeis. Adicionalmente, foram realizadas outras 02 reuniões extraordinárias para discussão dos assuntos de Crédito e atualização do cenário macroeconômico,

O Comitê de Auditoria acompanha as conclusões de inspeções realizadas por órgãos reguladores, bem como as providências adotadas pela Administração para atendimento dos respectivos apontamentos. Além disso, monitora permanentemente a emissão de novas regulamentações e mantém interlocução com os reguladores por meio de reuniões, sempre que solicitado. Adicionalmente, no exercício de suas atribuições, o Comitê de Auditoria convidou os diretores e representantes das diversas áreas do Conglomerado, com o objetivo de aprofundar suas análises. Destacam-se, dentre os temas tratados, os seguintes:

- O Comitê de Auditoria acompanhou de forma sistemática a implementação da Resolução CMN nº 4.966, vigente desde 1º de janeiro de 2025, a qual introduz novos conceitos e critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras. Essa norma abrange aspectos relevantes como a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, além da constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Esse acompanhamento envolveu a análise do cumprimento dos prazos regulatórios, o monitoramento do cronograma de envio dos Cadoc's ao Banco Central do Brasil e a avaliação das adequações sistêmicas realizadas. O objetivo foi verificar a aderência aos requisitos estabelecidos pela Resolução, bem como acompanhar a consistência e a tempestividade das informações contábeis e regulatórias geradas.

- O Comitê foi informado e acompanhou as solicitações do Banco Central feitas por ofícios ou auditorias, tais como: Requisição de Informações sobre Cibersegurança, TI e Prevenção a Fraudes;
- Acompanhamento de outros itens de cunho operacional julgados relevantes e solicitados pelos membros, que estão descritos em suas respectivas atas.

Avaliação do Sistema de Controles Internos:

O Comitê de Auditoria avaliou como adequado o Sistema de Controles Internos do Banco Fibra, que está baseado no aprimoramento contínuo do gerenciamento de riscos de produtos e processos e do ambiente de governança corporativa. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria avalia o Sistema de Controles Internos como compatível ao porte e complexidade dos negócios do Banco Fibra.

Quanto aos riscos legais e de compliance, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis e nos trabalhos das Auditorias Interna e Independente, concluímos que não foram identificadas falhas no cumprimento da legislação e/ou normas internas que possam colocar em risco a continuidade da instituição.

A Auditoria Interna, cujo planejamento anual de suas atividades é aprovado e acompanhado neste foro, completa o ciclo de auditoria a cada quatro anos e realiza trabalhos de auditoria operacionais, de sistemas e contínua com foco em riscos e utilizando-se de metodologia atualizada e reconhecida pelo mercado. As oportunidades de melhoria identificadas foram encaminhadas aos responsáveis pelas respectivas áreas, com a implementação das recomendações sendo monitorada pelo Comitê de Auditoria. Este avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria tomou conhecimento das recomendações, planos de ação e prazos para a resolução das principais fragilidades e deficiências da organização, que foram comunicadas pelas áreas de Auditoria Interna, Compliance e Controles Internos e Riscos Operacionais, que possuem pauta fixa nas reuniões do Comitê. O Comitê considerou adequados os planos de ação apresentados e no âmbito de suas atribuições, vem, por meio da Auditoria Interna, acompanhando a execução deles.

Nesse sentido, durante o primeiro semestre de 2025, o Comitê de Auditoria não identificou a necessidade de recomendações formais ao Conselho de Administração.

Auditoria Independente:

O escopo dos trabalhos de auditoria foi discutido e previamente aprovado pelos membros. A objetividade e independência não foram afetadas, de acordo com informações recebidas do auditor independente. A Grant Thornton Auditores Independentes não prestou outro serviço além de auditor das Demonstrações Financeiras nos últimos 02 anos.

O Comitê de Auditoria julgou adequada a qualidade dos trabalhos efetuados pela Auditoria Independente e suficiente o volume de informações necessárias para poder dar o seu parecer acerca das demonstrações financeiras.

Avaliação da qualidade das recomendações relativas ao período:

O Comitê de Auditoria vem acompanhando os planos de ação relacionados ao aprimoramento dos controles, decorrentes das recomendações efetuadas pelas auditorias interna e Independente, bem como pelos reguladores, relativas aos respectivos períodos anteriores. A então presidente do Comitê participou das reuniões regulares do Conselho de Administração, ocasiões em que teve a oportunidade de expor opiniões e pontos de vista sobre diversos aspectos decorrentes do exercício de suas funções até sua saída em maio/2025. O novo presidente do Comitê foi nomeado e assumiu em junho/2025.

Conclusão:

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações inerentes ao alcance de sua atuação, e, diante da inexistência de divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria, em relação às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da companhia, para o semestre encerrado em 30 de junho de 2025, recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração do Banco Fibra.

São Paulo, 25 de agosto de 2025.

Comitê de Auditoria

Sérgio Luís Patrício

Presidente

Carlos Lofrano

Membro independente

Vanessa Rahal Canado

Membro independente e qualificado.